

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TAÍS RODRIGUES DE SOUZA TOSTES

**TERRITORIALIDADES NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO: UMA
ANÁLISE DE PRAÇAS NA CIDADE DE VITÓRIA (ES)**

**VITÓRIA/ES
2017**

T716t Tostes, Taís, 1992-
TERRITORIALIDADES NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO : UMA
ANÁLISE DE PRAÇAS NA CIDADE DE VITÓRIA (ES) /
Taís Tostes. - 2017.
100 f. : il.

Orientador: Milton Esteves Filho.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.
1. urbanização. 2. espaço público. 3. território e territorialidades.
4. experiência fenomênica. I. Esteves Filho, Milton. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

TAÍS RODRIGUES DE SOUZA TOSTES

"TERRITORIALIDADES NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO: UMA
ANÁLISE DE PRAÇAS NA CIDADE DE VITÓRIA (ES)"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 20 de junho de 2017.

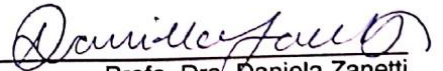
Comissão Examinadora



Prof. Dr. Milton Esteves Junior
(orientador – PPGAU/UFES)



Profa. Dra. Clara Luiza Miranda
(membro interno – PPGAU/UFES)



Profa. Dra. Daniela Zanetti
(membro externo – PÓSCOM/UFES)

Em memória a Sebastião, o melhor pai
que eu poderia ter.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Rosimeri, por ser meu porto seguro e por acreditar em mim durante todos os caminhos trilhados até aqui e, à minha avó Odette, por compartilhar sua fé, sabedoria e amor todos os dias.

A Marcelo, pelo grande amor, companheirismo e por ser paz nas horas turbulentas.

Ao professor Milton Esteves Junior, pelo conhecimento compartilhado ao longo desses dois anos.

Às professoras Clara Luiza Miranda, Marta Vieira Bogéa e Daniela Zanetti pela colaboração na construção deste trabalho e pela participação na banca de qualificação e banca final.

À Juliete, pela paciência e auxílio durante a realização do mestrado.

À Marianna, Jéssica e Thalles, pelo suporte diário, pela compreensão e por serem os melhores amigos possíveis.

À Giovanna, Flávia, Anna Paula e Letícia pela torcida e pelos acalentos nas horas necessárias.

A Jana e Rafael, pelo auxílio e trocas de ideias.

Aos professores do Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFES, pelos ensinamentos recebidos e pelas contribuições acadêmicas.

À Capes, pela oportunidade de ser bolsista.

Quanto às diversas contribuições que compõem este volume, permitiram que a pesquisa se pluralizasse e que muitos dos passantes se entrecruzassem. Conciliábulo na praça. Mas este entrelaçamento de percursos, embora longe de constituírem uma clausura, prepara, assim o espero, nossos caminhos para se perderem na multidão.

Michel de Certeau, “*A invenção do cotidiano*”.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo registrar e discutir o papel das territorialidades nas possíveis apropriações de espaços públicos, bem como das relações entre habitante e tais espaços. A escolha do espaço público como objeto de estudo se justifica pela sua importância nas construções socioculturais da cidade, permitindo aos habitantes que convivam em comunidade. Como representação do espaço público urbano, adota-se a praça por ser ela uma espécie de síntese de espaço de coletividade, sendo desde a Antiguidade o lugar em que a sociabilidade urbana acontece. Foram adotadas quatro praças na cidade de Vitória/ES para realização do estudo empírico, sendo elas: a Praça Dom João Batista, (localizada no bairro São Pedro); a Praça do Papa (no bairro Enseada do Suá); a Praça Getúlio Vargas e Praça Princesa Isabel (no Centro da cidade). A escolha de tais localidades justifica-se pela diversidade na formação urbana destes lugares, despertando interesse na identificação das relações estabelecidas entre os habitantes dos bairros e as praças em questão. A revisão bibliográfica, as vivências realizadas por meio de experiências fenomênicas e as cartografias permitem o registro das atividades e apropriações que acontecem nas praças abordadas, sendo este o processo metodológico utilizado para a realização do estudo. Os apontamentos finais refletem os aspectos urbanos identificados nas praças, associando as territorialidades e as relações estabelecidas com as possíveis futuras apropriações dos espaços públicos.

Palavras-chave: urbanização, espaço público, território e territorialidades, praça, experiência fenomênica.

ABSTRACT

This paper aims to record and discuss the role of territorialities in possible appropriations of public spaces, as well as the relations between inhabitant and such spaces, the fundamental concepts for such adjustments. The choice of the public space as object of study is justified by its importance in the socio-cultural constructions of the city, allowing the inhabitants that live together in community. As a representation of urban public space, it is an area of study of collective space, and since ancient times the place where urban sociability happens. Four workshops were held in the city of Vitória / ES to carry out the empirical study, namely: Dom João Batista Square (located in the São Pedro neighborhood); Praça do Papa (in the Enseada do Suá neighborhood); A Getúlio Vargas Square and Princesa Isabel Square (in the city center). The choice of such localities is justified by the diversity in the urban formation of such places, arousing interest in the identification of the relations established between the inhabitants of the woods and as squares in question. Bibliographical review, such as lived experiences through phenomenological experiences and cartography, allows the recording of activities and appropriations that occur in the practices addressed, being this the methodological process used for a study of the study. The final notes reflect the urban elements identified in the squares, associating the territorialities and relations established with possible expansions of public spaces.

Keywords: urbanization, public space, territory and territorialities, square, phenomenal experience.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da cidade de Vitória/ES no território nacional	15
Figura 2. Planta cadastral da cidade De Vitória, 1727.....	18
Figura 3. Planta cadastral da cidade de Vitória, 1895.....	19
Figura 4. Mapa de aterros realizados em Vitória, com a divisão dos bairros	21
Figura 5. Região administrativa Centro, também conhecida como Bairro Centro	22
Figura 6. Imagem de 1960 que mostra o Aterro Esplanada Capixaba e a localização da Praça Presidente Getúlio Vargas)	23
Figura 7. Evolução urbana da área correspondente às praças do Bairro Centro	23
Figura 8. Região da Grande São Pedro.....	25
Figura 9. Evolução urbana da área correspondente a praça no Bairro São Pedro	26
Figura 10. Região da Praia do Canto	28
Figura 11. Evolução urbana da área correspondente ao Bairro Enseada do Suá	28
Figura 12. Grafite em muro manifestando o valor da praça na cidade	44
Figura 13. Rua da Independência: exemplo de via estreita do bairro São Pedro	48
Figura 14. Avenida Beira Mar: à esquerda o Bairro São Pedro e à direita a Praça Dom João Batista	49
Figura 15. Vias no entorno da Praça Dom João Batista	49
Figura 16. Mapa de apropriações e intensidades de usos na Praça Dom João Batista, período matutino	50
Figura 17. Quadra de areia e quadra pavimentada, Praça Dom João Batista	51
Figura 18. Parque infantil e academia popular, Praça Dom João Batista	52
Figura 19. Espaço aberto sem cobertura, Praça Dom João Batista	53
Figura 20. Final da Praça Don João Batista, área sem equipamentos	54
Figura 21. Mudança de pavimentação	54
Figura 22. Mapa de apropriações e intensidade de uso na Praça Dom João Batista, período vespertino.....	55

Figura 23. Mapa de apropriações e intensidade de uso na Praça Dom João Batista, período noturno.....	56
Figura 24. Circuito de caminhada na Praça Dom João Batista	58
Figura 25. Paisagem ao redor da Praça Dom João Batista	59
Figura 26. Mapa de bordas e limites na Praça Dom João Batista	60
Figura 27. Mapa de horizontalidades e verticalidades na Praça Dom João Batista	61
Figura 28. Sobreposição do mapa de horizontalidades e verticalidades com o mapa de bordas e limites	62
Figura 29. Mapa de territorialidades na Praça Dom João Batista	64
Figura 30. Mobiliário e parquinho infantil localizado na Praça do Papa.....	66
Figura 31. Bela paisagem contendo a 3ª Ponte e o Morro do Moreno (Vila Velha/ES) vista da Praça do Papa	67
Figura 32. Prédios localizados na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, em frente à Praça do Papa	67
Figura 33. Vias no entorno da Praça do Papa	68
Figura 34. Mapa de apropriações e intensidade de uso na Praça do Papa, período matutino	68
Figura 35. Pequena faixa de praia localizada no entorno da Praça do Papa	69
Figura 36. Mapa de apropriações e intensidade de uso na Praça do Papa, período vespertino	70
Figura 37. Mapa de apropriações e intensidade de uso na Praça do Papa, período noturno	71
Figura 38. Estrutura da 10ª Feira sabores da terra, instalada na Praça do Papa	73
Figura 39. Festival de food truck realizado no estacionamento da Praça do Papa	73
Figura 40. Manifestação de caráter político com concentração na Praça do Papa, no ano de 2015	74
Figura 41. Mapa de bordas e limites na Praça do Papa	74
Figura 42. Mapa de horizontalidades e fixos na Praça do Papa	75
Figura 43. Mapa das territorialidades na Praça do Papa	77

Figura 44. Vias do entorno do conjunto de praças no Centro	79
Figura 45. Mapa de apropriações e intensidade de uso no conjunto de praças do Centro, período matutino	79
Figura 46. Barracas de comércio	80
Figura 47. Mapa de apropriações e intensidade de uso no conjunto de praças do Centro, período vespertino	81
Figura 48. Pessoas descansando nos equipamentos da academia popular	82
Figura 49. O porto visto da praça Getúlio Vargas, no Centro.....	82
Figura 50. Cartografia de apropriações e intensidade de uso no conjunto de praças do Centro, período noturno	83
Figura 51. Mapa de bordas e limites no conjunto de praças do Centro	84
Figura 52. Mapa de horizontalidades, fixos e fluxos nas praças do Centro	86
Figura 53. Territorialidades no conjunto de praças do Centro.....	87

ÍNDICE

Introdução	13
1. Caracterização da área de estudo: um breve histórico de Vitória (ES) como recorte territorial	17
1.1. Centro histórico, Praça Presidente Getúlio Vargas e Praça Princesa Isabel	21
1.2. Bairro São Pedro e a Praça Dom João Batista	24
1.3. Enseada do Suá e a Praça do Papa	27
2. A respeito do espaço e das dimensões do território: abordagem teórica	30
2.1. A territorialidade na produção do território	38
3. Territorialidade no espaço público: abordagem de campo	42
3.1. Praça Dom João Batista	47
3.2. Praça do Papa	65
3.3. Praça Presidente Getúlio Vargas e Praça Princesa Isabel	78
3.4. Análise do trabalho de campo: uma experiência fenomenológica	88
3.4.1. Praça Dom João Batista – Bairro São Pedro	89
3.4.2. Praça do Papa – Bairro Enseada do Suá	91
3.4.3. Praça Getúlio Vargas + Praça Princesa Isabel – Bairro Centro	92
4. Considerações Finais	94
Referências bibliográficas	98

INTRODUÇÃO

As cidades são constructos que estabelecem relações indissociáveis com seu território e com os habitantes que as ocupam. Nesse sentido, destacam-se os espaços públicos urbanos como fundamentais ao atendimento das demandas humanas de convivência e desenvolvimento social, os quais tendem a fomentar as diversas formas possíveis de apropriação do território urbano.

Este trabalho decorre das inquietações acerca da vida pública urbana e das relações entre habitantes e cidade estabelecidas nos espaços públicos. Assume-se, aqui, o habitante como agenciador de tais espaços, através dos usos cotidianos, instigando a diversidade de manifestações sociais e culturais possíveis de serem identificadas na urbe. Adota-se, portanto, como objetos de estudos o habitante cidadão (quem provoca as ações que afetam o urbano) e o espaço livre público (onde o cotidiano urbano acontece em coletividade). Tais objetos são estudados num contexto atual, no qual pretende-se abordar a necessidades de uma cidade mais adequada à escala humana, em contraste com a modernização dos centros urbanos que seguem o modelo de crescimento acelerado, sem o devido cuidado com os espaços públicos. Como aponta Gehl e Gemzoe (2002: 20), “em uma sociedade na qual cada vez mais a vida diária acontece na esfera privada [...] existem sinais claros de que as cidades e os espaços urbanos receberam um novo influente papel como espaço e fórum públicos”.

Os conceitos de território e espaço são indissociáveis, e, quando se trata de uma abordagem sobre a questão urbana, a relação entre ambos é ainda mais direta. Para Raffestin (1993:50), “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”.

Os estudos acerca de processos de produção dos espaços urbanos, bem como sobre as formas de apropriação de tais espaços, têm sido cada vez mais recorrentes no cenário acadêmico. Por meio destes estudos, identificam-se diversas formas de se viabilizar a análise da relação entre território e habitante, sendo essa relação de grande importância por estabelecer influência direta nas apropriações possíveis. Um mesmo território pode apresentar variadas caracterizações de uso, e estas podem se manifestar por meio de diferentes formas de apropriação por parte dos grupos de agenciadores.

Tais formas se desdobram em diversos tipos de representação dentro do território, sendo uma delas o desenvolvimento de territorialidades. Segundo Saquet (2009:86), “a territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada”. Sendo assim, ela é parte de uma relação criada entre habitante e território, podendo identificar as potencialidades determinadas pelos usos efetivados nos lugares.

Para os desdobramentos desejados neste estudo, utiliza-se o espaço livre público como objeto temático central, que corresponde aos espaços livres de edificações e de domínio do público, apresentando diversas configurações e graus de acesso e modos de apropriação para os habitantes da cidade. Considera-se o espaço público como “um elemento urbano fundamental para o desempenho da vida social, associado à ideia de localização, acessibilidade e distribuição, e no tocante a lazer e/ou conservação de recursos naturais” (ALVARES *et al*, 2009:9). Nele, diversas territorialidades se manifestam tanto na forma imaterial (quando o usuário desenvolve uma relação de poder e/ou afeto com o território) quanto na forma material (o domínio estabelecido por meio de apropriações físicas, como camelôs, feirantes, moradores de rua etc.). Diante de tal cenário de estudo, procura-se entender as relações entre habitante-território-territorialidades e se estas podem se converter em um fator influente nos processos de apropriação dos espaços públicos. Com tal entendimento, busca-se favorecer a compreensão das dinâmicas de uso de tais espaços, consideradas basilares dos modos de vida urbano.

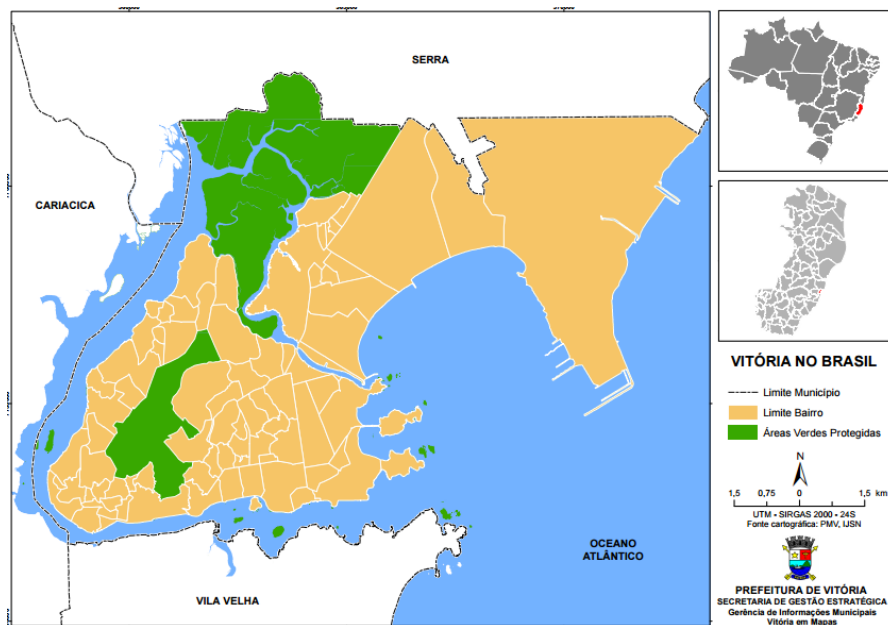
As cidades são produtos da formação social, portanto, correspondem à edificação das experiências e dos saberes sociais num processo contínuo e que está em constante mudança. Dos pequenos agrupamentos urbanos de tempos passados às grandes cidades dos dias atuais, todos os processos de formação de um lugar envolvem as características sociais, econômicas e culturais da população que o ocupa. Esse conjunto de características materializa-se no crescimento e na ocupação de uma cidade, enaltecendo aquilo que vigora no transcurso do tempo.

Adota-se neste trabalho a praça como exemplar de espaço público. A escolha parte da premissa de ser a praça o lugar primordial de encontros e acontecimentos cotidianos dentro das aglomerações urbanas. São caracterizadas como palco de acontecimento da vida social em coletividade, sendo espaço de desenvolvimento de

afetos entre habitante e cidade e elemento fundamental nos encontros do cotidiano. Além disso, são usadas como elementos na formação da paisagem, contribuindo funcionalmente e esteticamente para a construção da cidade. Lamas (1993: 102) define a praça como “o lugar intencional de encontro, da permanência, dos acontecimentos de práticas sociais e comunitárias e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes”. Dessa forma, é na diversidade das manifestações desses espaços dentro da cidade que se constroem aqui as questões de análise acerca da relação entre territorialidade e formação do espaço público na forma de praça.

Como objetos empíricos deste trabalho, abordam-se praças dentro da malha urbana da cidade de Vitória/ES (figura 1). Configurada como cidade-ilha, por ser uma das poucas capitais brasileiras em forma de arquipélago, Vitória tem seu histórico de formação urbana entrelaçado com a ascensão da economia cafeeira no Brasil, ainda no século XIX. Foi, também, naquele século que Vitória foi alvo de reformas urbanísticas sanitaristas, a exemplo do que ocorria na Europa, por meio de uma série de aterros adotados como artifício para a expansão de seu território urbanizável. Tais intervenções, somadas ao acelerado crescimento populacional, reverberaram de formas variadas dentro da ocupação do território da cidade, criando múltiplos perfis de bairros.

Figura 1 – Localização da cidade de Vitória/ES no território nacional



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br>

É dentro dessa diversidade que as praças abordadas como objeto dos estudos realizados se inserem. São quatro praças, localizadas em três bairros diferentes de Vitória, sendo elas: Praça Getúlio Vargas e Praça Princesa Isabel (no bairro Centro), Praça do Papa (no bairro Enseada do Suá) e Praça Dom João Batista (no bairro São Pedro). Essa escolha se deve à diversidade apresentada nas configurações das praças citadas, tanto em sua inserção no ambiente urbano quanto pelas próprias características de suas composições: todas elas se configuram em área de aterro, têm contato direto com corpos d'água e estão localizadas em importantes lugares da cidade de Vitória.

Para atingir aos objetivos desejados, a metodologia utilizada prevê uma subdivisão do trabalho em três partes: revisão bibliográfica; análise dos objetos empíricos para aprofundamento sobre o território através da experiência fenomenológica; cartografia realizada a partir das percepções da etapa anterior e das reflexões decorrentes dos estudos realizados.

Na revisão bibliográfica, são apresentados autores de importância reconhecida no que se refere às temáticas abordadas, com destaque para as questões relativas ao espaço, ao território e aos processos de conformação de territorialidades. Por se tratar de um conjunto de questões e de temas cunho multidisciplinar, busca-se dialogar com as considerações de geógrafos, sociólogos e arquitetos urbanistas, na intenção de abranger a temática a partir de diversos pontos de leitura possíveis. Quanto à experiência fenomenológica, a vivência em campo foi realizada por meio de visitas periódicas (nos diversos dias da semana e em vários horários) para registro das atividades, visando-se a identificação das territorialidades e das características prioritárias de cada uma das praças analisadas. O processo de observação e vivência, desenvolvido nesta etapa, foi de extrema importância para as necessárias interações entre as teorias e as manifestações presentes no território físico da cidade. Além disso, essa etapa permitiu uma aproximação com os processos de territorialidade, resultando em uma vivência para enxergar a cidade através da relação entre habitante e espaço público. Na terceira etapa estabelecem-se reflexões sobre as percepções em campo, elaboradas na forma de cartografia, relacionando-as com as reflexões teóricas e buscando uma retroalimentação dos conceitos com a experiência. Dessa forma, objetiva-se representar, através de tais cartografias, as associações entre territorialidades e potencialidades de vivência nas praças aqui estudadas.

CAPÍTULO 1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: BREVE HISTÓRICO DE VITÓRIA (ES) COMO RECORTE TERRITORIAL.

A fundação de Vitória está diretamente ligada à história do Brasil, tendo ocorrido em 1550, cinquenta anos depois da chegada dos navios portugueses. Com o nome inicial de Vila de Nossa Senhora da Vitória, foi fundada pelo fidalgo Vasco Fernandes Coutinho. Somente em 1823 foi elevada à categoria de cidade (MUNIZ, 1985), mantendo os padrões de desenvolvimento das cidades de colônia portuguesa, que “constituem-se de maneira menos rígida no seu urbanismo colonial. Formam-se preguiçosamente, em desalinho dentre ruelas estreitas compostas do casario de estilo europeu” (CAMPOS, 1996:35). O território de Vitória se desdobra entre uma ilha principal e pequenas ilhotas ao redor desta, e, ainda, uma parte continental, contando com o território das Ilhas Oceânicas de Trindade e do Arquipélago de Martin Vaz, localizadas a 1.140 km da costa (PMV, 2016). Ainda em sua composição, há formações montanhosas, que delineiam a parcela baixa da cidade, configurando variadas formas de ocupação. O desenvolvimento territorial de Vitória está diretamente ligado à sua geomorfologia, sendo comum o enlace entre ilha-cidade, fazendo com que sua formação surgisse da junção de tais manifestações espaciais. Em trechos de sua obra, Neves (2014:11) elucida tal relação, enaltecendo a ilha-cidade como uma formosa e rara junção.

A ilha é firme e dadivosa, encravada num anel de mar. Ao seu redor, ilhas menores de espalham – satélites magnetizados. A ilha sempre amanhece com cara de terra nova. É um estímulo para que seus habitantes fiquem de bem com a vida. [...] A cidade foi invenção dos homens, mas às vezes ela e a ilha se confundem. É preciso conhecê-las para distingui-las. [...] O mar é a moldura da ilha. Parte dele é oceano; outra parte, rio.

Nos primeiros 300 anos de sua existência, Vitória teve sua ocupação territorial concentrada em seu núcleo fundacional, ainda em estado de vila, onde se localizavam as construções oficiais da ocupação, entre a baía e o maciço central. Na imagem a seguir, é possível reconhecer a formação inicial, bem como localizar sua disposição dentro do território.

Figura 2. Planta cadastral da cidade De Vitória, 1727.



Fonte: deolhonailha-vix.blogspot.com

A partir de um depoimento, de 1818, feito pelo naturalista Saint-Hilaire (1779-1853) em visita à cidade, é possível construir-se uma imagem da situação urbana da época:

As ruas de Vitória são calçadas, porém mal; têm pouca largura, não apresentando qualquer regularidade. Aqui, entretanto, não se veem casas abandonadas ou semi-abandonadas [...]. Cuidam bem de preparar e embelezar suas casas. Considerável número delas tem um ou dois andares. Algumas têm janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa. A Vila de Vitória não tem cais; ora as casas se estendem até a baía, ora se vê, na praia, terreno sem construção, que tem sido reservado para embarque de mercadorias.

Apesar da caracterização sobre a beleza da cidade que Saint-Hilaire declara, a então Vila de Vitória (figura 3) não era dos locais mais salubres. Não possuía, até o fim do século XIX, estrutura sanitária eficiente e o sistema de abastecimento de água ainda acontecia por meio de chafarizes “que secavam nas épocas de estiagem, sujeitando os habitantes de Vitória a receberem o líquido, em canoas, sem a menor condição de higiene” (MUNIZ,1985: s/p). Devido a tais condições insalubres, as epidemias se

espalhavam com grande facilidade, atingindo a população e influenciando no desenvolvimento das atividades da época.

A proliferação de epidemias contribuiu para o desequilíbrio econômico e político de algumas cidades ao atingir não só a mão-de-obra que impulsiona a economia mas também a população de renda mais elevada. Esses aspectos, aliados à expectativa de progresso com o novo período político, assinalado com o início da república, além da inserção da malha ferroviária, que possibilita a redefinição da economia e dos contatos regionais, propiciam o desenvolvimento de projetos que vão sanear e embelezar as nossas cidades (MENDONÇA *et al*, 2009:31).

Figura 3. Planta cadastral da cidade de Vitória, 1895.



Fonte: deolhonailha-vix.blogspot.com

Em visita à cidade, no ano de 1882, o sanitarista Dr. Manoel Goulart de Souza faz um alerta à população e aos governadores da época sobre as consequências que tamanha insalubridade poderia trazer, aumentando cada vez mais o número de mortes e de epidemias, além de impedir a cidade de prosperar. Sugere então que seja interrompido o despejo de dejetos diretamente no mar; que mais ruas fossem calçadas, evitando assim a formação de pequenos brejos; que os cemitérios, até então localizados no centro da cidade, fossem fechados; que a criação inapropriada de porcos e galinhas em ambientes públicos fosse proibida; e, também, que se realizasse a limpeza das praças públicas.

Mesmo com as medidas sugeridas para melhoria das condições de salubridade da cidade, essa questão continuou sendo desprezada, apesar do desenvolvimento econômico relacionado ao comércio do café. A alta do preço do café impulsionava a economia nacional e a administração da cidade de Vitória se viu mais interessada em construir edifícios e pequenos centros administrativos. Tais construções, em sua maior parte, constituíram o núcleo central da cidade. Somente entre o final do século XIX e início do século XX que medidas foram tomadas em prol de condições favoráveis ao crescimento urbano, por meio de aterros executados na perspectiva de se garantir maior salubridade à cidade. A partir de então, a água passou a chegar encanada em alguns pontos, e a energia elétrica suplantou a iluminação feita por lampiões.

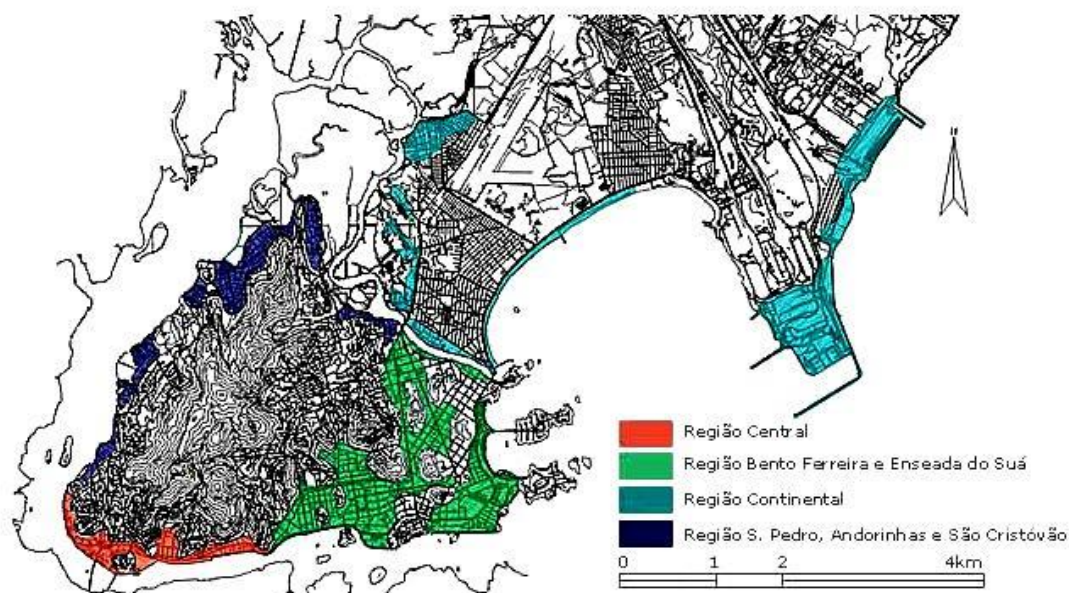
Um período de grande crescimento da cidade ocorreu no governo de Muniz Freire (1892-1896), que empreendeu forças e investimentos para que Vitória superasse a condição de vila colonial e acompanhasse o ritmo de adequação urbana que as cidades europeias já apresentavam.

A grande meta de seu governo [o de Muniz Freire] é reverter o conceito que a cidade tem para tornar-se o centro econômico do Estado. [...] Para dar respaldo a tal expansão econômica, são incentivados os setores ferroviário, com a construção da linha ligando Vitória a Cachoeiro, portuário, com a construção e o aparelhamento do porto de Vitória, e urbano, sobretudo com o aterro de terrenos alagadiços e a projeção de novas áreas de expansão para cidade (MENDONÇA *et al.*, 2009:44).

Entre os planos voltados às questões impostas pelo crescimento urbano supracitado, destaca-se o projeto do Novo Arrabalde, desenvolvido por Saturnino de Britto, implementado no governo de Muniz Freire entre os anos de 1894 a 1898. Tal projeto foi “a primeira intervenção planejada no espaço da cidade” (MENDONÇA *et al.*, 2009:48). Ele abrange as áreas que hoje correspondem aos bairros Praia do Canto, Praia do Suá, Santa Lúcia, Barro Vermelho e parte do bairro Itararé. A implantação do Novo Arrabalde representa um grande impulso para outras regiões da cidade, que também passam a se desenvolver.

Esse breve histórico até aqui apresentado tem por objetivo introduzir um panorama acerca da evolução urbana de Vitória. Na figura 4, é possível visualizar-se a implantação de tais aterros em Vitória.

Figura 4. Mapa de aterros realizados em Vitória, com a divisão dos bairros.



Fonte: <http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br>

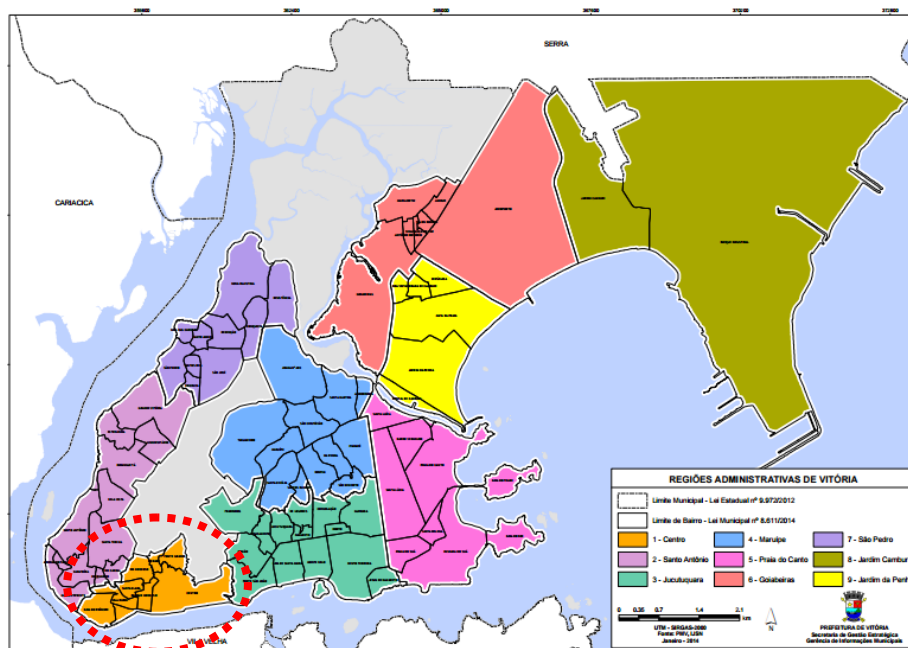
A seguir, serão apresentadas observações sobre os bairros em que se encontram as praças escolhidas para os estudos empíricos deste trabalho: o bairro Centro; o bairro São Pedro; e o bairro Enseada do Suá.

1.1. Centro histórico, Praça Presidente Getúlio Vargas e Praça Princesa Isabel

O início da ocupação de Vitória, ainda em sua fase de colônia, se deu na região hoje conhecida como Cidade Alta. Em meados do século XIX, com a grande representatividade da cidade nas atividades econômicas do estado (principalmente devido à expansão da cultura cafeeira), o Centro passou a agrupar atividades residenciais, comerciais e, principalmente, administrativas, além de enaltecer o papel dos espaços públicos dentro da formação urbana da cidade. O núcleo fundacional de Vitória conta com diversas instalações culturais, institucionais e residenciais, com um parque público (Parque Moscoso) e com praças de configurações espaciais variadas. Neste estudo, entender as territorialidades encontradas no local e relacioná-las com a presença do mar é uma das inquietações que impulsionam a abordagem a essas praças.

Atualmente, o bairro Centro está inserido em uma das oito regiões administrativas de Vitória (conforme demonstrado na figura 5).

Figura 5. Região administrativa Centro, também conhecida como Bairro Centro.

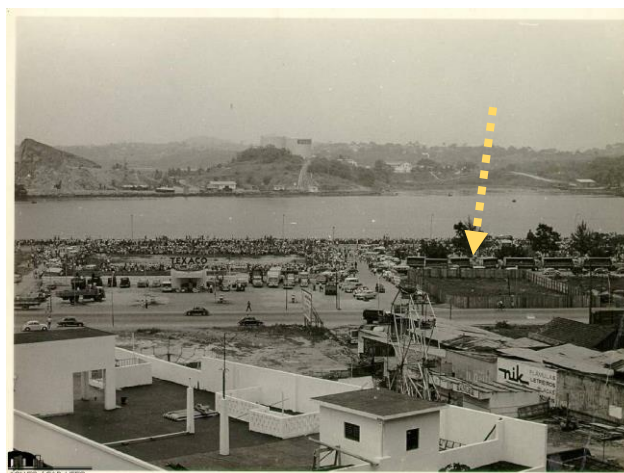


Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br> com intervenções nossas.

Dentre os aterros realizados na região central, destaca-se o da Esplanada Capixaba, que hoje corresponde à região entre as avenidas Jerônimo Monteiro e Beira-Mar na parcela que se prolonga até o encontro desta última com a Avenida Governador Bley, indo até o Forte São João. Em uma declaração, Jones dos Santos Neves, então governador do estado no período de 1951 a 1955¹, afirmou a necessidade da realização de tal aterro “com a finalidade de corrigir o sistema de águas da bacia de evolução do porto, e conquistar para a cidade uma área edificável na continuidade da zona comercial de Vitória”. Dentre as mudanças ocorridas a partir dos aterros citados, que incluem a construção de edificações e as melhorias na malha viária, destaca-se a inserção da Praça Presidente Getúlio Vargas e a Praça Princesa Isabel.

¹ Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por Ocasão da Abertura da Sessão Legislativa de 1952 pelo Doutor Jones dos Santos Neves. In: FREITAS, J. F. B. “O aterro da Esplanada Capixaba: a ‘modernidade’ privada”. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

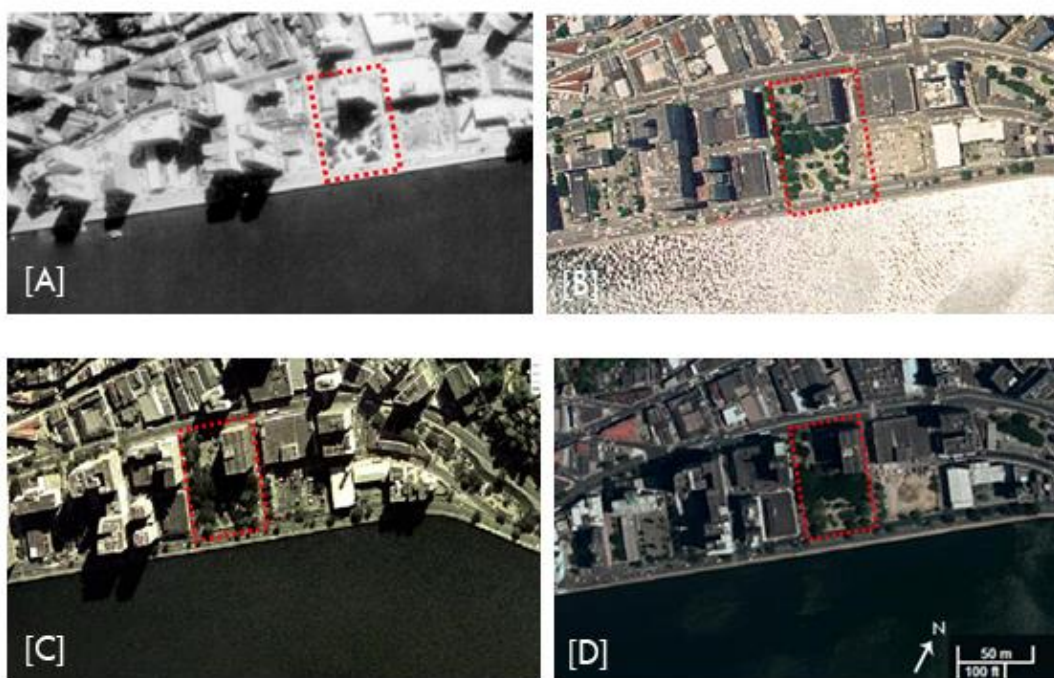
Figura 6. Imagem de 1960 que mostra o Aterro Esplanada Capixaba e a localização da Praça Presidente Getúlio Vargas (indicada com seta).



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br>, com intervenções nossas.

Na imagem a seguir (figura 7), observam-se as mudanças no território correspondente às praças de acordo com a evolução urbana de Vitória. Ressalta-se também o adensamento do entorno, evidenciando o impacto da modernização da cidade nas ocupações. O território correspondente às praças está contornado em vermelho.

Figura 7 – Evolução urbana da área correspondente às praças do Bairro Centro.



[A] Centro, 1978 [B] Centro, 1998 [C] Centro, 2007 [D] Centro, 2012

Fonte: <http://veracidade.com.br>, com intervenções nossas.

A Praça Getúlio Vargas é adotada neste trabalho como uma unidade, apesar de se tratar da fusão dela com a Praça Princesa Isabel, ocupando praticamente uma quadra inteira, com exceção do Edifício Jusmar, construído dentro desse espaço público. De um lado, uma importante via de alto fluxo de veículos, que personifica o ritmo da cidade grande e seu cotidiano pulsante. Do outro, outra via que beira o mar, representando o bucolismo que, em meio ao tumulto do dia a dia, proporciona ao usuário da cidade uma visão branda da bela paisagem da baía de Vitória. Por essa ligação com o mar e também por sua localização dentro do centro, as duas praças mostram-se interessantes aos objetivos aqui buscados.

1.2. Bairro São Pedro e Praça Dom João Batista

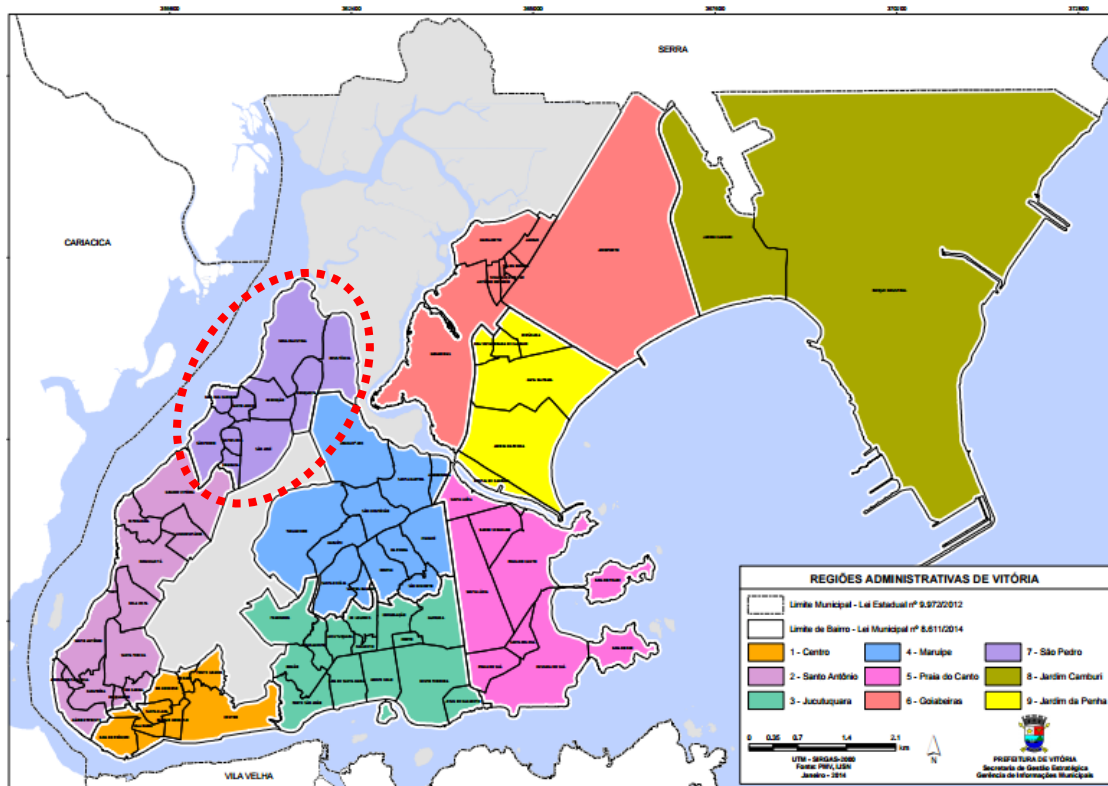
O bairro São Pedro está inserido na região da Grande São Pedro, na baía noroeste da Ilha de Vitória. A ocupação de tal região ocorreu a partir dos anos 1970, com a ocupação de algumas moradias de famílias que viviam da cata de restos no lixão da cidade instalado sobre manguezais. A partir da ocupação e do aterro da área de manguezal, seguiram-se problemáticas ambientais e urbanas, evidenciando a necessidade de intervenções infraestruturais que solvessem as más condições de habitação para os moradores do bairro. A partir do estabelecimento do Programa Terra² (criado no ano de 1998), uma iniciativa do governo municipal que visa integrar políticas sociais relacionadas a habitação, questões ambientais e melhorias urbanas, foram executadas diversas intervenções no bairro com o objetivo de melhorar as condições de habitação bem como de reconhecer os moradores como gestores do seu próprio espaço, dentro de um processo colaborativo.

A região da Grande São Pedro abrange um conjunto de dez bairros: Nova Palestina, Resistência, Conquista, Redenção, Santos Reis, Comdusa, São José, São Pedro, Santo André e Ilha das Caieiras. Dentre esses bairros, o único a ter o início de sua ocupação antes do século XIX é Ilha das Caieiras. Os demais foram iniciados no século XX. Apesar da semelhança socioeconômica e paisagística notada no conjunto

² “O Projeto Terra teve seu início oficializado pelo Decreto 10.131 de 14 de janeiro de 1998 e na gestão atual houve uma revisão metodológica alterando de Projeto Terra para Programa Terra Mais Igual” (SAMPAIO *et al.*, 2010:7)

desses dez bairros, São Pedro se destaca pela forma como se deu sua ocupação, sendo seu território estruturado parceladamente, de acordo com sua evolução e com a chegada de novos moradores.

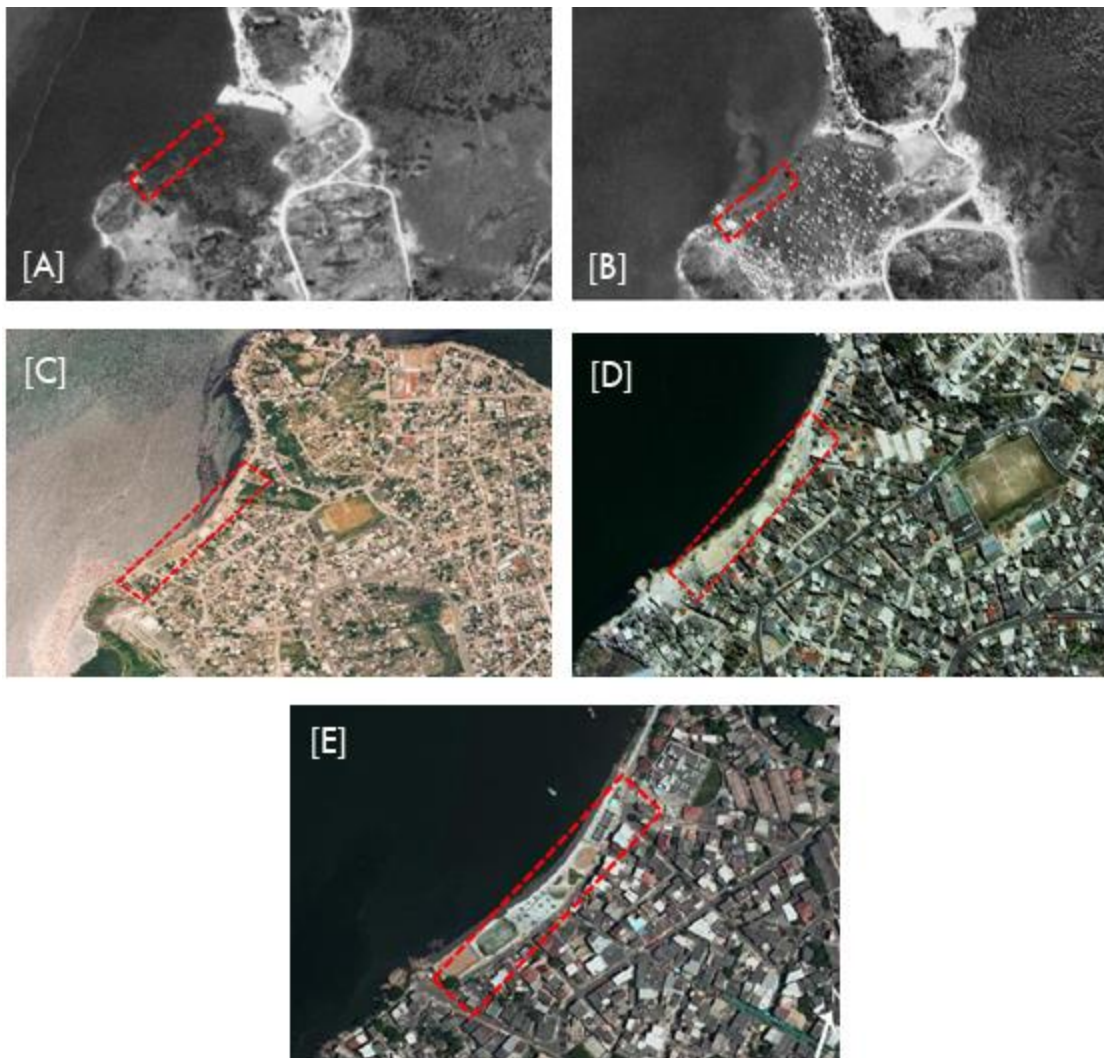
Figura 8. Região da Grande São Pedro em roxo.



Fonte: legado.vitoria.es.gov.br com intervenções nossas.

No bairro São Pedro encontra-se a Praça Dom João Batista, escolhida devido à sua indiscutível importância como espaço público da Grande São Pedro. Nas imagens a seguir (figura 9), verifica-se a evolução da ocupação do território correspondente à praça, e também o adensamento do bairro e sua configuração espacial.

Figura 9 – Evolução urbana da área correspondente a praça no Bairro São Pedro.



[A] Bairro São Pedro, 1970 [B] Bairro São Pedro, 1978 [C] Bairro São Pedro, 1998
[D] Bairro São Pedro, 2005 [E] Bairro São Pedro, 2012

Fonte: <http://veracidade.com.br> com intervenções nossas.

Por ser um espaço público que conta com aproximadamente 7000m², a Praça Dom João Batista possui infraestrutura com uma gama de equipamentos, tais como: uma quadra poliesportiva e outra de areia, *playground* para crianças, área para eventos e jogos, mesas e assentos distribuídos ao longo do caminho e uma academia para idosos. Além disso, conta com um pequeno *deck* e quatro píeres, usados pelos pescadores como atracadouro. Devido à sua configuração espacial e por estar localizada perto do Rio Santa Maria, a praça fornece àqueles que a usufruem um acesso visual de destaque.

1.3. Enseada do Suá e a Praça do Papa

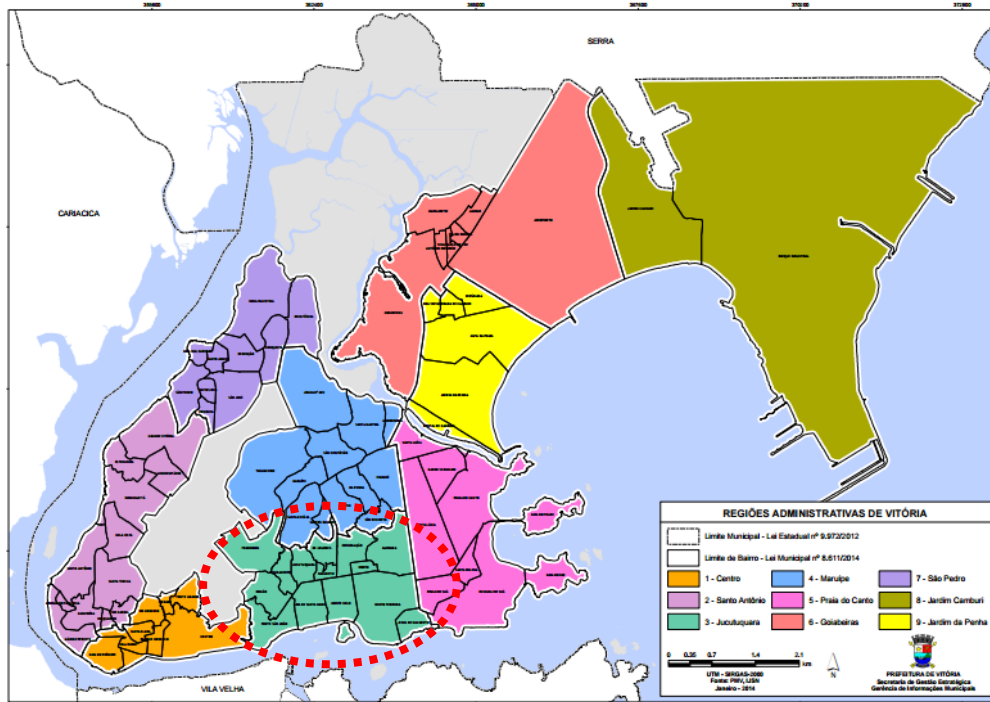
A formação urbana de Vitória se deve muito aos aterros e aos planos de urbanização aplicados, dos quais destaca-se o Novo Arrabalde, criados com o intuito de modernizar a cidade e impulsionar o comércio. Dentre os aterros previstos no plano do Novo Arrabalde, destaca-se o Aterro do Suá, iniciado no ano de 1970. As obras e os projetos para essa região pretendiam criar uma nova centralidade que abrigasse serviços e comércios além das que se encontravam no Centro de Vitória, já sem possibilidades de crescimento e expansão para os fins lucrativos que o governo aspirava para a cidade. No seguinte trecho da história do bairro, contada pela Associação de Moradores, Empresários e Investidores da Enseada do Suá – AMEI, conforme citação abaixo:

O Aterro do Suá não representava uma área de aterro sanitário, mas uma área da baía de Vitória que deveria ser incorporada para atender às necessidades de expansão da cidade e a reprodução do capital, principalmente o capital imobiliário que com as mudanças na economia nacional, promovia uma maior transferência de pessoas e capitais do campo para as cidades brasileiras (AMEI, 2016).

Após a finalização do aterro, a partir dos anos 1980, o bairro denominado Enseada do Suá começa a ser ocupada também por habitações, além das funções de serviços previstas no plano inicial para a ocupação do bairro. O bairro passou a sediar o Palácio do Café, antes localizado no centro da cidade. Com essa mudança, aliada aos novos empreendimentos alojados na região, a Enseada do Suá passou a ser o novo polo econômico da cidade de Vitória, ganhando destaque no mercado imobiliário. Atualmente, o bairro está inserido na região administrativa Praia do Canto, com mais 8 bairros.

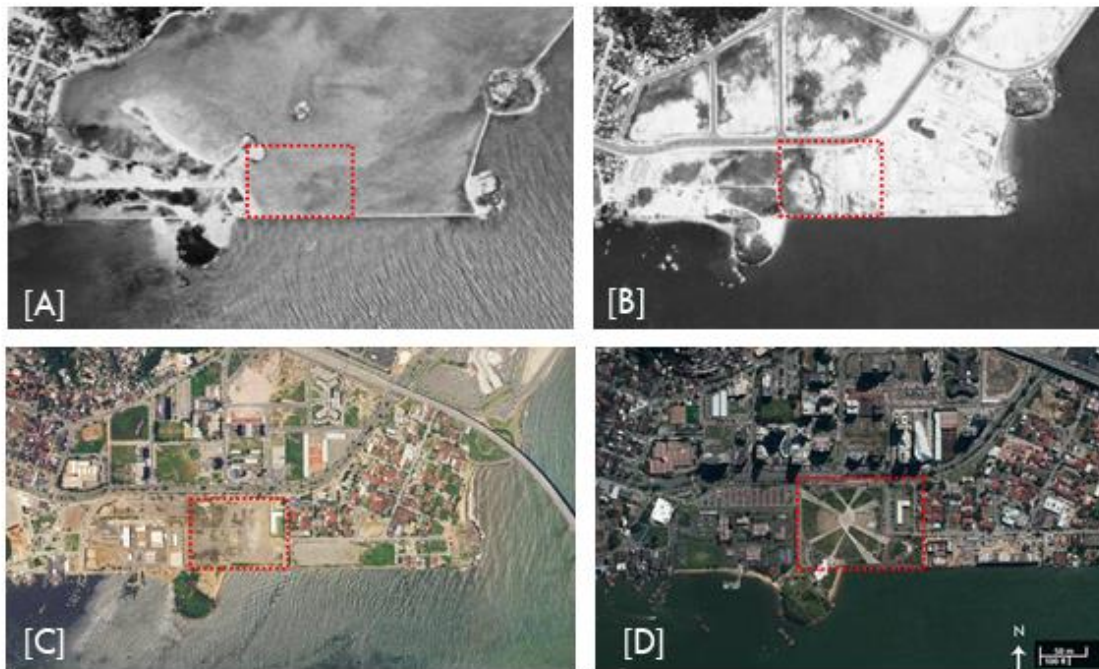
No bairro Enseada do Suá foi inserida a Praça do Papa, tendo a fase inicial de sua idealização à partir da visita do Papa João Paulo II, no ano de 1991. Posteriormente a área correspondente a praça foi reformulada e reinaugurada no ano de 2008. A seguir, observa-se a evolução urbana da Praça do Papa (figura 11), inserida na área correspondente ao Aterro do Suá, bem como o adensamento do bairro.

Figura 10. Região da Praia do Canto em verde.



Fonte: legado.vitoria.es.gov.br com intervenções nossas.

Figura 11 – Evolução urbana da área correspondente a praça no Bairro Enseada do Suá.



[A] Bairro Enseada do Suá, 1970 [B] Bairro Enseada do Suá, 1978 [C] Bairro Enseada do Suá 1998
 [D] Bairro Enseada do Suá, 2012

Fonte: <http://veracidade.com.br> com intervenções nossas.

A Praça do Papa é uma esplanada às margens da baía de Vitória. Suas dimensões (com uma área de 67.000m) e sua configuração se diferenciam das outras praças aqui abordadas, devido à ausência de vegetação e por não dispor de equipamentos para recreação ou descanso, restando como uma “praça seca” destinada a abrigar ocasionalmente alguns eventos, como feiras livres, mostras festivais etc. Ela se destaca justamente por essa dualidade: um espaço público com uma grande área e num local privilegiado, porém não é convidativa ao habitante da cidade.

A partir dessa breve introdução sobre os objetos de estudos, parte-se para algumas análises apresentadas de acordo com os propósitos do trabalho, respeitando a unicidade de cada praça. Todavia, cada uma se configura para os habitantes de maneiras diferentes, induzindo, portanto, à manifestação de diversas territorialidades.

CAPÍTULO 2. A RESPEITO DO ESPAÇO E DAS DIMENSÕES DO TERRITÓRIO: ABORDAGEM TEÓRICA

O entendimento do processo de formação urbana demanda tanto estudos teóricos acerca da categoria *espaço* quanto da sucessão de eventos que nela se realizam concreta e cotidianamente. Tais eventos (ligados às sucessivas transformações urbanas, à vivência em coletividade, às dinâmicas sociais e econômicas, à formação das diversas identidades culturais etc.) se desdobram, influenciando a configuração urbana e os modos de vida dos habitantes. Portanto, o conceito de *espaço* é fundamental neste estudo, sendo analisado por meio de duas linhas conceituais: espaço social e espaço geográfico.

Quanto ao espaço social assinala lugares e circunstâncias relacionais, ligadas a questões de produção (divisão do trabalho e sua organização, abastecimento material etc.), aos valores imateriais (socioculturais) e aos valores subjetivos (relacionadas aos gêneros e às questões geracionais e familiares). Entende-se, portanto, que o espaço social é onde se desenvolvem as ações dos habitantes e onde transcorre a organização da vida cotidiana destes.

Na verdade, o espaço social “incorpora” atos sociais, os de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem. Para eles, seu espaço se comporta, ao mesmo tempo, vital e mortalmente; eles aí se desenvolvem, se dizem e encontram os interditos; depois caem e seu espaço contém sua queda. Para e diante do conhecimento, o espaço social funciona – com seu conceito – como analisador da sociedade (LEFEBVRE, 1974:36).

Para Lefebvre, a construção do urbano se processa por meio de três práticas, por ele denominadas *formantes*: a prática social, em que o espaço é percebido pelos indivíduos; a prática de representações do espaço, na qual os profissionais, como cientistas e planejadores urbanos, concebem o local; e a prática do espaço de representação, diretamente formado pelo acúmulo da vivência dos indivíduos. Dessa forma, cada modo de produção do espaço social resulta em uma formação diferenciada, variando de acordo com a relação que o habitante estabelece com o espaço em questão. Nas reflexões presentes na citada obra de Lefebvre, identificam-se alguns conceitos que colaboram para o entendimento de *espaço social*, em que o espaço em si não é algo dado, mas sim produzido pelo e para o homem a partir da transformação da natureza pelo trabalho. Também é importante ressaltar que as relações sociais de produção, de reprodução e de consumo são constitutivas do espaço e que constantemente produzem novas relações e novas espacialidades. Lefebvre acentua tal fato a partir da análise das

dinâmicas inerentes à vida urbana e às narrativas que delas derivam. Em tais dinâmicas processam-se “encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos padrões que coexistem na cidade” (LEFEBVRE, 1969:20).

Bordieu (1989) interpreta o espaço social como uma categoria multidimensional, tendo como delimitação os diversos capitais que se desdobram em vários campos, tais como o econômico, o social, o político e o cultural. Na construção do espaço social convergem diversos atores e agentes, cujas ações influenciam tal construção por meio dos citados capitais.

E quanto ao espaço geográfico, se trata de um conceito integrado ao de espaço social, e que está claramente agregado às teorias e práticas da Geografia. Entende-se, portanto, o espaço como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006:39). Admite-se o espaço geográfico como uma rede, como uma categoria espacial conectada a outras por acontecimentos do cotidiano e fortemente conformada pela ação do homem como produtor de tal espaço.

A sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transporte. À medida que o tempo passa, a sociedade atinge níveis cada vez maiores de complexidade pelo uso das hierarquias e pelo manejo especial dos materiais e das mensagens. [...] À medida que mudam a tecnologia e as aspirações humanas, tornando possíveis novas conexões e às vezes fechando todas as velhas rotas, a coação no interior dos sistemas também muda (KOLARS; NYSTEN, 1974:113).

A natureza é a origem dos espaços e as delimitações destes derivam das técnicas empregadas por seus agenciadores, que entram em contato direto com o processo de formação dos locais. Tais técnicas “são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006:16). As técnicas não devem ser avaliadas de forma individual, ou seja, suas consequências sobre o espaço não devem ser vistas como particularidades, uma vez que estão atreladas a inúmeras ações do passado, já empregadas e que, por sua vez, já produziram alterações. As técnicas e seus usos, dentro da produção do espaço, permitem a relação entre homem e natureza, bem como entre homem e sociedade, gerando, assim, o espaço geográfico. Além das técnicas, existem os objetos e as formas espaciais – representados por tudo o que existe na superfície da Terra e sintetizados por todas as

heranças da história natural e todos os resultados da ação humana. Em conjunto com as ações do homem (conteúdo social), o espaço geográfico contribui para a delimitação e o dimensionamento do espaço social.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006:39).

É possível afirmar, então, que quando um grupo social altera o espaço, está alterando a si mesmo, pois todas e quaisquer modificações provocam mudanças simultâneas nessas duas categorias espaciais. Isso não significa que quando tais modificações ocorrem as novas funções anulem as que já estavam anteriormente designadas. Mudanças nas delimitações espaciais, por exemplo, podem provocar alterações nas funções originais, mas estas podem continuar existindo concomitantemente às novas funções designadas. Entende-se esse fenômeno como *rugosidade*, definido por Santos (2006:92) como aquilo “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem; o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares, apresentam-se como formas isoladas ou como arranjos”.

Com base nos conceitos até aqui apresentados acerca das categorias espaciais, denota-se que tanto no espaço social quanto no espaço geográfico a relação do homem com o lugar é uma condição indispensável às práticas diretas em atuações do cotidiano, expressas pelo acúmulo dos conjuntos de ações no transcurso do tempo. O espaço é constituído, portanto, não só pelo aspecto físico e decorrente da relação entre cultura humana e natureza, mas também pelos resíduos de diferentes épocas da sociedade e as devidas apropriações que o homem exerce nele.

Embora se observe praticamente em todos os lugares uma tendência para a segregação no espaço, as pessoas próximas no espaço social tendem a se encontrar próximas – por opção ou por força – no espaço geográfico, as pessoas muito afastadas no espaço social podem se encontrar, entrar em interação, ao menos por um breve tempo e por intermitência, no espaço físico. [...] Esse é um daqueles casos em que o visível, o que é dado imediatamente, esconde o invisível que o determina. Assim, esquece-se de que a verdade da interação nunca está inteira na interação tal como esta se oferece à observação (BORDIEU, 1990:153).

Dentro de uma organização social, os grupos e os indivíduos ocupam partes do espaço, distribuindo-se de diversas formas, de modo a atender às suas necessidades e

para melhor contextualizar-se nele. Esse processo gera uma rede de ações impressas no espaço, estabelecendo uma relação de poder entre a formação territorial e as atuações dos indivíduos e das coletividades. A relação entre espaço e território tem a ver com poder, “mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2007:20-21).

[...] o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993:2).

Baseando-se nesse entendimento do conceito de território, reconhecem-se duas dimensões de análise: o território material e o território imaterial. Para Santos (1978), o território material deriva da aplicação de normatividades do Estado e que decorre das ações do sujeito territorial (o habitante da cidade, a sociedade em si), as quais incidem sobre os elementos geográficos. Roger Brunet (2005), no trabalho *Le développement des territoires*, também parte dessa consideração de território como domínio de um país, como um recorte espacial horizontal. Mas Santos vai além, ao considerar que o território “é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial” (SANTOS, 2000:104). Por outro lado, o território imaterial corresponde às estratégias do sujeito territorial, bem como às táticas empregadas ao longo do tempo para a territorialização das ações e das delimitações espaciais num espaço.

[...] as técnicas, funcionando como sistemas que marcam as diversas épocas, são examinadas através de sua própria história e vistas não apenas no seu aspecto material, mas também nos seus aspectos imateriais. É assim que a noção de técnica permite empiricizar o tempo e se encontra com a noção de meio geográfico. A ideia de técnica como algo onde o “humano” e o “não-humano” são inseparáveis, é central (SANTOS, 2006:14, grifos do autor).

É nos territórios imateriais, portanto, que se desenvolvem as relações entre agenciadores e território. Eles “são as bases de sustentação de todos os territórios. São construídos e disputados coletivamente. [...] É impossível pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais, as pessoas e os grupos que pensam e formam esses territórios” (FERNANDES, 2009:212). Segundo o autor, as dimensões materiais e

imateriais são indissociáveis, pois a dimensão imaterial assegura a conquista, a manutenção e a expansão da materialidade do território; já a produção do território material não acontece por conta própria, pois o mesmo necessita da relação direta com o território imaterial para existir: “essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais” (IDEM, p.211). O conceito de território, portanto, pode ser entendido como o recorte de um espaço, seja ele delimitado pelo poder do Estado (representando uma coletividade formal), seja fruto de uma formação espontânea de grupos sociais.

Os estudos acerca do fenômeno urbano, bem como das formas de apropriação dos mesmos, têm sido cada vez mais recorrentes na contemporaneidade, como o objetivo de identificar as relações entre território e agenciadores. Segundo Saquet (2009:86) “a territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada”. A relação que se dá entre os agenciadores e o espaço, e que resulta na conformação de um território, pode ser representada pelas formações de territorialidades.

Enquanto caracterizador do urbano e formador das cidades, o território é palco de acontecimentos e de ações, que se adaptam aos contextos urbanos. Lefebvre (1969) pontua que o território se desenvolve por meio da correlação dos valores de uso (como a própria vida urbana e o tempo do seu acontecimento), mais do que por meio dos valores de troca, ou seja, por meio dos espaços comprados e vendidos e do “consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos” (LEFEBVRE, 1969:31). Ainda sobre a relação entre valores de uso e de troca na dinâmica da cidade, Reyes (2015) assinala que

[...] o território na sua face urbana depende desse valor (de uso). Depende desse viver da cidade que está para além dos valores de troca. A cidade ou a realidade urbana quando submetida ao valor de troca ou à lógica do mercado tende a uma destruição da sua essência. No entanto, essa dicotomia entre valor de uso e valor de troca não ocorre de maneira complementar, mas se constitui no conflito (REYES, 2015:24).

Seja qual for o aspecto do território a ser analisado, ressalta-se a relação de poder que existe na formação do mesmo. Na constituição de um território, haverá necessariamente uma interlocução entre os agenciadores e o espaço, a partir da apropriação deste e, conseqüentemente, do empoderamento daqueles.

O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo [...], mas o verdadeiro *leitmotiv* é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? (SOUZA, 1995:78)

Nessa perspectiva, o território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993:2). Dessa forma, podem surgir diversas manifestações de apropriação no território, tanto na dimensão material ou física (delimitações espaciais, limites rígidos ou fronteiras), como nos âmbitos imateriais ou econômicos (o trabalho do sujeito territorial, os diversos processos de produção), simbólicos (a cultura, os significados, a identidade) ou sociais (as relações estabelecidas, as dinâmicas de convívio e os modos de coexistência).

Sejam quais forem os conjuntos de ações e de sujeitos que formam um território, este sempre conterà um sistema de limites e, por meio da sobreposição destes, formam-se os sistemas de redes. Limites e redes são formadores da multiplicidade territorial; eles podem ser rígidos, táteis ou somente representados por signos estabelecidos pelos agenciadores de tal território.

[...] toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. Nesse caso, os limites estão em estreitas relações com o trabalho, portanto com o poder (RAFFESTIN, 1993:18).

A noção de limite como um elemento necessário para a convivência coletiva nasce na Antiguidade e acompanha o desenvolvimento das sociedades até a contemporaneidade, estando presente nos âmbitos políticos, sociais, culturais e econômicos. Tais fatores influenciam na diversidade de concepção de limite, sendo que cada um faz com que esse elemento se manifeste de diversas maneiras dentro do território.

A sobreposição de limites corresponde à criação de redes, gerando dimensões de territórios que se entrelaçam e que se completando ou não, mas que coexistem entre si. O sistema de rede, segundo Santos (1998), é uma forma de configuração territorial que

permite ampliar a compreensão da relação do território com seu processo de formação. As redes permitem que haja uma ligação, conectando tanto os usuários quanto as apropriações que estes desenvolvem, manifestadas tanto de modo material quanto simbólico. Raffestin (1993) ressalta a importância das redes dentro do território, onde tanto as redes abstratas quanto as concretas são formadas pela ação dos agenciadores. Ainda que estes sejam diversos e atuem por meio de diferentes formas de apropriação, eles “não se opõem; agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles” (RAFFESTIN, 1993:12). Portanto, as redes são partes cruciais da dinâmica de formação e de uso de um território, potencializando a multiplicidade de acontecimentos. A rede, portanto, pode se manifestar territorial, social e politicamente, sendo configurada “pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (SANTOS, 2006:176).

Para Sennett (2013), os conceitos de limites e bordas não são entendidos de forma rígida como para os autores anteriormente citados, pois revelam uma maleabilidade e dependem das interações dos agenciadores. O autor exemplifica tais conceitos por meio de uma analogia da funcionalidade de células e membranas nos organismos vivos. As células correspondem aos limites, por serem mais rígidas; já as membranas correspondem às bordas, pois permitem uma fluidez maior nas relações de trocas. Ao aplicar-se tais comparações à cidade, entende-se que o uso das bordas permite uma conectividade maior de territórios entre si, bem como melhor desempenho de territorialidades, pois elas não limitam as ações dos usuários e sim encorajam tais trocas e movimentos.

Essas diferenças naturais entre fronteira/parede e borda/membrana esclarecem a forma construída fechada e aberta. A fronteira/parede domina a cidade moderna. O habitat urbano é cortado em partes segregadas por fluxos de tráfego, pelo isolamento funcional entre as zonas de trabalho, comércio, família e o domínio público. A forma mais popular do novo desenvolvimento residencial internacionalmente, a comunidade fechada, leva a um extremo a idéia da parede limite. O resultado é que a troca entre diferentes comunidades raciais, étnicas ou de classe diminui. Assim, devemos querer construir a fronteira/membrana (SENNETT, 2013:9, tradução nossa)³.

³ No original: “These natural differences between boundary/wall and border/membrane clarify closed and open built form. The boundary/wall dominates the modern city. The urban habitat is cut up into

Ainda sobre elementos que influenciam na configuração territorial, considera-se aqui a horizontalidade e a verticalidade, trabalhadas por Santos (1998) como dinâmicas de uso do território e, portanto, moderadoras do seu desenvolvimento enquanto local de acontecimento do urbano e do social. A horizontalidade e a verticalidade coexistem, gerando uma ampla demanda de potencialidade de expansão do território à medida que são desenvolvidas no mesmo.

As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS, 2005: 256).

As horizontalidades e a verticalidades, bem como o sistema de redes, atribuem ao território características específicas, resultando em diversas formações territoriais. Outros dois fatores condicionantes abordados por Santos (1994) referem-se aos fixos e fluxos, que estão diretamente relacionados com as horizontalidades e verticalidades: os fixos interagem com as horizontalidades por meio da solidez da conexão dos elementos dentro do território; já os fluxos se relacionam com as verticalidades por sua subjetividade e não materialidade dentro da configuração territorial.

[...] os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. [...] os fluxos são o movimento, a circulação, e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Desse modo, as categorias clássicas, isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, podem ser estudados através desses dois elementos: fixos e fluxos. [...] cada tipo de fixo surge com suas características, que são técnicas e organizacionais. E desse modo a cada tipo de fixo corresponde uma tipologia de fluxos. [...] Fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente” (SANTOS, 1994:77-78)

Por meio da coexistência dos elementos citados anteriormente dentro do processo de configuração territorial, é possível entender o território como um produto que é gerado pela ação do usuário dentro de um espaço. O uso e a apropriação são o suprasumo da produção territorial, fazendo do território um discurso, um ato cotidiano, o palco de acontecimentos e de banalidades, das importâncias e, ainda, onde os conflitos

segregated parts by streams of traffic, by functional isolation between zones for work, commerce, family, and the public realm. The most popular form of new residential development internationally, the gated community, takes to an extreme the idea of the boundary wall. The result is that exchange between different racial, ethnic, or class communities diminishes. So we should want to build the border/membrane.

ganham vida e se relacionam. Limites e bordas, horizontalidades e verticalidades, fixos e fluxos são todos elementos presentes na rotina do território, na vida de quem o ocupa e de quem o constrói. São tais elementos que dão expressividade e imprimem particularidades a cada recorte territorial.

2.1. A territorialidade na produção do território

Os estudos acerca do território possibilitam identificar diversas formas de sua construção, bem como analisar os agentes que o criam e o usam. Assim, é possível viabilizar a análise da relação entre território e usuário, sendo que tal relação influencia diretamente nos diversos tipos de apropriações de um território, bem como na dinâmica de uso que envolve tais apropriações. Um mesmo território pode ter mais de uma caracterização de uso, podendo ser representadas por diferentes apropriações de grupos e de usuários. Elas podem se desdobrar em diversos tipos de representação dentro do território, sendo uma delas o desenvolvimento de territorialidades. Segundo Saquet (2009:86), “a territorialidade corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada”. Sendo assim, ela é parte de uma relação criada entre usuário e território, podendo ser também um meio de identificar a potencialidade de uso de determinado lugar.

Faz-se importante distinguir a territorialidade da territorialização, ainda que ambos se complementem e se façam essenciais dentro da relação dos usuários – em suas diversas representatividades – com o território. Saquet (2009:83) aborda a territorialização como “resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades”. Tanto as territorialidades quando as territorializações partem do princípio da existência de um grupo dominante sobre determinado território, abrangendo desde a escala da individualidade – “o espaço pessoal imediato e inviolável” (SAQUET, 2009:28) – até a multiterritorial (a escala da casa, da rua, do bairro, da cidade, das metrópoles), onde as interações e intervenções se sobrepõem, formando novas relações territoriais.

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009:88).

O próprio processo de formação de um território gera uma diversidade de identidades, porque é justamente essa diversidade que faz com que a territorialidade se manifeste e, a partir dela, a territorialização. Tais elementos não são fixos, não são moldados dentro do território. Ao contrário, são móveis e se manifestam em diversos lugares ao mesmo tempo, seja coexistindo, entrando em atrito ou se relacionando. Porém, existem manifestações territoriais de caráter menos flexível, como aquelas que, segundo Haesbaert (2004), são formadas por uma rígida relação entre o poder político e a identidade cultural de um determinado grupo, apresentando assim resistência na admissão da formação de uma pluralidade territorial. Além disso, existem as territorializações a partir do meio político social, que pressupõem uma relação de poder com o território, admitindo uma pluralidade cultural.

Contudo, a manifestação que é de interesse aqui é a multiterritorialidade, que engloba diversas identidades sociais e culturais. Para falar sobre multiterritorialidade, é necessário trazer ao debate dois fenômenos que Haesbaert (2004) aborda em seus estudos acerca do tema: a desterritorialização e a reterritorialização. Ambos os fenômenos influenciam diretamente na construção do território enquanto espaço urbano, pois estão ligados aos processos de modernização da produção da cidade. A desterritorialização e a reterritorialização são parte de um mesmo processo, pois quando a primeira ocorre, existe a chance de a segunda se manifestar no território.

As territorialidades são, pois, atravessadas, de um lado a outro, por linhas de fuga que dão prova da presença, nelas, de movimentos de desterritorialização e reterritorialização. De certo modo, elas vêm em segundo lugar. Elas próprias nada seriam sem esses movimentos que as depositam (DELEUZE; GUATTARI, 1995:69).

Dessa forma, identifica-se a multiterritorialidade como um fenômeno que permite um desenvolvimento urbano plural, onde o usuário se aproprie, mesmo que indiretamente, de mais de um território ao mesmo tempo. É justamente essa capacidade que impulsiona a expansão de um território, pois, por meio dela, o usuário se estende sobre suas apropriações, que são traduzidas diariamente no território.

Estabelecemos relações econômicas, políticas e culturais todos os dias, minuto a minuto, entre nós e com nossa natureza exterior (inorgânica), o que pode ser traduzido pelas diferenças, identidades e desigualdades, ou seja, pelas territorialidades cotidianas: todos processos espaço-temporais e territoriais inerentes à nossa vida na sociedade e na natureza (SAQUET, 2009:85).

Outro fator que deve ser considerado na abordagem do multiterritório, enquanto formador do urbano, é a facilidade com que os usuários se comunicam com o território. Na atualidade, o movimento (considerado aqui como expressão de comportamento do usuário) pode ser relativizado, pois, como acentua Bauman (2001:85), uma pessoa "está em movimento mesmo se fisicamente parada". Dessa forma, ainda que não haja uma locomoção física pelo território, há uma produção contínua de conexões e, conseqüentemente, de outras territorialidades. Ainda assim, nos tempos atuais, existe uma pluralidade de acesso ao território, tanto pelo seu âmbito físico (novos modais, deslocamento sobre o território, novas conformações de redes) quanto pelo virtual (facilidade de informação, multimeios e multimídias, novas conformações culturais), que permitem que o usuário tenha acesso ao território pelo movimento físico, onde o corpo é instrumento, e pelo intelectual, onde as conexões virtuais são exercidas. Para tais usuários,

[...] o espaço enquanto distância parece importar muito pouco. Por outro lado, a acessibilidade geográfica ampliada de que dispõe a elite planetária não impede que ela tenha não só que se "proteger" em termos de espaço residencial como também de manter as conexões, físicas e/ou informacionais, entre os múltiplos territórios que, combinados, conformam a sua multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007:38-39).

Ainda nos estudos de Haesbaert (2004; 2007) acerca do fenômeno territorialidade, pode-se identificar duas vertentes de análise, das quais surgem ramificações das manifestações no território, sendo uma do enfoque da territorialidade epistemológica (onde se considera uma "condição genérica" para a existência do território) e a outra, a territorialidade ontológica, que se desdobra como materialidade (controle físico do acesso ao território), como imaterialidade (controle simbólico do território) e como "espaço vivido" (coexistência da materialidade e da imaterialidade, territórios "formais-institucionais"). Sendo assim, diante da proposta de uma análise territorial, consideram-se todas as nuances das territorialidades, que não se apresentam isoladamente, mas sim como um conjunto elementar presente na dinâmica de construção dos territórios, dando forma também às multiterritorialidades.

Cabe, ainda, citar que a multiterritorialidade é um fenômeno que se manifesta no cotidiano da construção do território, seja ele a cidade ou um recorte de menor escala, sendo que

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios [e/ou territorialidades] ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma "multiterritorialidade" (HAESBAERT, 2004:344).

A fala do autor sintetiza a essência dos estudos aqui propostos: de enxergar, enquanto usuário e agenciadores do território, as diversas potencialidades que são concebidas no ato de viver o cotidiano do urbano. Busca-se, por meio das análises feitas em campo, revelar essa pluralidade nos espaços públicos aqui estudados, identificando-a a partir das territorialidades encontradas (e também na ausência delas). Tal estudo apresenta-se como um processo diário de desenvolvimento sociocultural, de aceitação da coletividade como instrumento de formação da cidade e como instrumento de construção de um lugar multifacetado e multiterritorializado comum aos usuários.

CAPÍTULO 3. TERRITORIALIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO: ABORDAGEM DE CAMPO

Por meio da abordagem das territorialidades como modo de apropriação e gerenciamento da cidade, é adotado aqui como tema central o estudo dos espaços livres públicos urbanos. Na composição estrutural de uma cidade, relacionam-se às categorias dos espaços livres públicos e a dos espaços edificados. Enquanto a primeira categoria corresponde, segundo Magnoli (1983), aos espaços livres de edificação, ou seja, aos espaços descobertos, urbanizados ou não, vegetados ou pavimentados, a segunda condiz com aqueles que, como indica a nomenclatura, são ocupados por edificações. No âmbito dos espaços públicos, encontram-se ambiências como ruas, praças, parques, calçadas etc.; e no dos espaços livres privados, listam-se os pátios internos, as áreas remanescentes de edificações, entre outros aos quais nem todos os habitantes da cidade têm livre acesso.

A associação entre os diversos espaços livres públicos configura a rede estruturante da vida urbana em coletividade. Tal rede pode abranger diversas escalas: desde a de pequenos recortes urbanos até a das regiões metropolitanas. A configuração dos espaços livres públicos pode determinar diferentes possibilidades de apropriação por parte dos *agenciadores*. São estes que, por meio da determinação de suas territorialidades, definem as dinâmicas da vida urbana. Essa abordagem dos *agenciadores* objetiva desconstruir a interpretação do espaço público como um produto enrijecido do planejamento urbano, interpretando-o como resultante das ações que derivam da construção da coletividade; ou seja, refere-se àqueles que usufruem o espaços públicos como habitantes que transcendem a mera condição de usuários.

Os espaços públicos são constituídos tanto por seus atributos físicos quanto por uma rede de ações e acontecimentos que neles se desenvolvem, tornando-se parte essencial da experiência de viver na cidade, de constituir laços e de enfrentar conflitos.

[...] os espaços públicos são locais em que os estranhos se encontram e portanto constituem condensações e encapsulações dos traços definidores da vida urbana. São nos espaços públicos que a vida urbana, com tudo que a separa de outras formas de convívio humano, alcança sua expressão mais plena, em conjunto com suas alegrias e tristezas, premonições e esperanças mais características (BAUMAN, 2001:102).

A valorização do espaço público como lugar do coletivo sempre se fez importante para o estabelecimento das relações sociais, sobretudo na atualidade, quando

notamos uma grande mudança nos valores culturais e econômicos, com influências diretas no valor humano (SENNETT, 2013) e nas vivências urbanas.

Para se efetivar a prática analítica almejada por este trabalho, será estudada a categoria espacial “praça” entendida como índice de territorialização do espaço público urbano. Utiliza-se aqui o verbete índice entendido como fenômeno semiológico: “[...] como seu próprio nome diz, [índice] é um signo que como tal funciona porque indica uma outra coisa com a qual ele está atualmente ligado. Há, entre ambos, uma conexão de fato” (SANTAELLA, 2003:14).

Desde a ágora, a praça é um dos mais emblemáticos exemplares de espaços públicos urbanos e de grande importância para a vida cidadina, caracterizando-se como local de manifestações coletivas de cunho social, político ou cultural. A consolidação das praças como espaços públicos depende das territorialidades que nelas se configuram. O conceito de configuração, por sua vez, depende tanto da materialização das funções e dos usos previstos nos projetos das praças quanto, e principalmente, das usanças nelas efetivadas, sendo determinantes das distintas territorialidades.

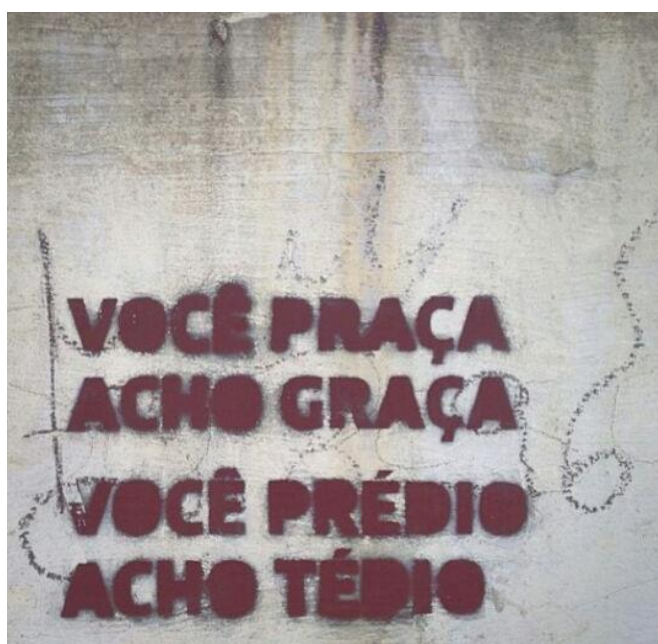
Pressupõe-se que a praça deve ser qualificada para sua fruição por parte dos agenciadores como condição para garantir a condição de um espaço público urbano como tal. Fatores como a localização da praça, seu programa, a acessibilidade que ela oferece e as possibilidades de conexão com seu entorno, influenciam diretamente na atratividade do espaço público em suas relações com os agenciadores.

Apesar de serem, por origem, locais de permanência, algumas praças se convertem em meros locais de passagem, não apresentando condições que permitam sua fruição com o devido conforto para os habitantes. As praças são locais pré-determinados para os encontros, são elementos fundamentais para a formação funcional e estética da paisagem e da construção da cidade.

A praça, juntamente com a rua, consiste em um dos mais importantes espaços públicos urbanos da história da cidade no país, tendo, desde os primeiros tempos da Colônia, desempenhado papel fundamental no contexto das relações sociais em desenvolvimento. De simples terreiro a sofisticado jardim, de campo de jogos incultos a centro esportivo complexo, a praça é, por excelência, um centro, um ponto de convergência da população, que a ela acorre para o ócio, para comerciar, para trocar ideias, para encontros românticos ou políticos, enfim, para o desempenho da vida urbana ao ar livre (ROBBA; MACEDO, 2010:11).

Tendo em vista a intenção desta abordagem em processar uma avaliação do papel que as praças desempenham na cotidianidade dos moradores locais, bem como as interações que as mesmas estabelecem com seus respectivos contextos, foram escolhidas quatro praças, localizadas em três diferentes bairros da cidade de Vitória/ES. A cidade de Vitória é formada por oito regiões administrativas (que conjugam séries de bairros justapostos), classificadas de acordo com a infraestrutura e a formação urbana dos bairros que as compõem. Neste trabalho, destacam-se três dessas regiões, nas quais estão localizados os bairros que abrigam as praças utilizadas como objeto de pesquisa: a região de São Pedro, onde está localizada a Praça Dom João Batista (no bairro São Pedro), a região da Praia do Canto, onde se encontra a Praça do Papa (no bairro Enseada do Suá) e a região Centro, onde estão as praças Presidente Getúlio Vargas e Princesa Isabel (no bairro Centro). Os três bairros apresentam configurações urbanas distintas, dadas suas características socioeconômicas, os modos de ocupação do território de cada bairro e a infraestrutura urbana de cada um. A diversidade identificada entre eles se reflete diretamente nas praças utilizadas como objeto de estudo, revelando a polissemia que as territorialidades imprimem no espaço público por meio das usanças decorrentes das dinâmicas de vivência

Figura 12. Grafite em muro manifestando o valor da praça na cidade.



Fonte: www.instagram.com.br/compartilhando_ideias

O interesse em analisar as territorialidades como apropriações advém de sua capacidade de ressignificar as espacialidades cotidianas da cidade, gerando novas usanças, ou seja, novos sentidos sobre os já existentes. Tais apropriações geram os denominados *everyday urbanism* (CRAWFORD, 1999), que são os eventos ou atividades que “celebram a riqueza e vitalidade do dia a dia, aproveitando as potencialidades existentes, e intensificando e encorajando o uso dos espaços de forma alternativa e empírica” (FONTES, 2013:50). Assim, as intervenções geradas pelas territorialidades fazem frente às ocupações formais ou os citados usos pré-estabelecidos pelo poder público ou institucional, que muitas vezes não condizem com a realidade dos habitantes da cidade nem potencializam o espaço público para que este exerça seu papel primordial de espaço coletivo e para as trocas sociais.

Acreditamos que a experiência vivida deve ser mais importante do que a forma física na definição da cidade. [...] entendemos o urbanismo como um discurso social humano. A cidade é, acima de tudo, um produto social, criado à partir das demandas do uso cotidiano e das lutas sociais dos habitantes urbanos (CRAWFORD, 1999:346-347, tradução nossa).⁴

A prática do planejamento urbano é, muitas vezes, idealizada a partir de uma noção de cidade maximizada e menos próxima da escala pedestre. Essa forma de condução do planejamento dos espaços públicos tem sido mais recorrente nos grandes centros urbanos, à medida que os campos políticos e financeiros ganham poder sobre tal planejamento. Esse fato se reflete, muitas vezes, na segregação dos espaços públicos que polariza a sociedade e, conseqüentemente, o direito ao uso de tais locais. É comum, por exemplo, identificar-se a ausência de espaços públicos qualificados em determinadas comunidades, demonstrando uma indiferença do poder público na gestão desse tema de modo a atender às necessidades locais.

Desde a Carta de Atenas, os espaços urbanos costumam ser classificados em dois grupos: os monofuncionais e os multifuncionais, fato relacionado às práticas de setorização das cidades.

⁴ No original: “We believe that lived experience should be more important than physical form in defining the city. [...] we understand urbanism to be a human social discourse. The city is, above all, a social product, created out of the demands of everyday use and the social struggles of urban inhabitants”.

O primeiro [espaço monofuncional], como o nome diz, descreve um conceito de espaço urbano que preenche uma única função e geralmente é produzido como consequência de decisões tomadas por incorporadores ou planejadores antiquados. O segundo espaço, concebido como multifuncional, foi pensado para uma variedade de usos, participantes e usuários. [...] No primeiro tipo de espaço, em geral, estamos apressados, no segundo estamos sempre prontos a olhar, encontrar e participar (ROGERS, 1995:9).

Rogers atenta para a importância da qualidade do planejamento urbano relacionado aos espaços públicos, pois o seu desuso “[...] pode gerar terríveis consequências sociais dando início a um processo de declínio. À medida que a vitalidade dos espaços públicos diminui, perdemos o hábito de participar da vida urbana na rua” (ROGERS, 1995:10). Tais colocações inferem diretamente nos estudos aqui realizados quanto às praças e suas territorialidades, pois, durante o período dos trabalhos de campo, buscou-se observar se as mesmas se configuram como espaços monofuncionais ou multifuncionais. Por se tratar de praças, a multifuncionalidade deveria ser uma característica evidente, tanto no que se refere aos aspectos formais, quanto nos quesitos da infraestrutura apresentada. Porém, tal pressuposição mostrou-se errônea, uma vez que algumas dessas praças não se mostraram atraentes para o habitante, tornando-se obsoletas e, por consequência, monofuncionais e convertidas apenas na já citada categoria dos locais de passagem.

Tais considerações desdobram-se nas análises feitas nas quatro praças escolhidas: a Praça Presidente Getúlio Vargas e a Praça Princesa Isabel, no Centro; a Praça do Papa, na Enseada do Suá; e a Praça Dom João Batista, em São Pedro. O mapeamento das territorialidades em tais praças revela diversas espacialidades onde os habitantes (re)descobrem os espaços públicos, muitas vezes utilizando-os cotidianamente na desejável escala humana do habitar.

A metodologia utilizada nesta análise se dividiu em duas etapas. A primeira etapa condiz com o período de observação e vivência, quando foram realizadas atividades como: levantamento fotográfico e anotações sobre as formas de ocupação dos espaços internos das praças e de seus contextos; e registro cartográfico das usanças registradas no território por meio de mapeamentos cognitivos. Tal processo objetivou o registro das atividades peculiares e das relações perceptíveis entre agenciadores e as localidades do estudo. A observação se deu em diversos horários, compreendidos entre o período matutino e o início do período noturno, durante todos os dias da semana, por quatro meses, de julho a outubro de 2016. A intenção da variação de horários e dos dias

da semana se justifica pela intenção de captar o máximo possível das variáveis de utilização das praças. Essa estratégia possibilitou a apreensão das atividades rotineiras, bem como contingências eventuais. Tal período de vivência permitiu uma compreensão detalhada sobre os espaços estudados, pois quanto mais se repetiam as experiências diretas por meio das visitas, mais as peculiaridades dos locais estudados se enunciavam.

A segunda etapa metodológica ocorre com a leitura dos mapeamentos cognitivos, realizados na vivência em campo, convertidos em cartografia utilizada como um método para aproximação dos aspectos sociais, superando o significado restrito de cartografia como instrumento geográfico (BESSE, 2014). Desse modo, a cartografia se converteu em algo mais do que um sistema de representação, tornando-se a própria expressão das territorialidades estabelecidas entre espaços públicos e seus usuários.

[...] a cartografia, os fazeres cartográficos e seus produtos, estão diretamente associados a uma forma de organização do conhecimento sobre o espaço, a uma maneira de conceber, representar e interpretar o mundo, a uma forma de articular saberes e poderes, isto é, a uma configuração imaginária construída a partir de uma perspectiva que privilegia determinados elementos e processos em detrimento de outros (SILVA *et al.*, 2008:2).

As citadas relações entre agenciadores e praças derivou na cartografia produzidas, aqui concebida como um registro que acompanha e evolui com um determinado processo e não como uma mera representação de um objeto, tal como proposto por Deleuze e Guattari (1995). Essa cartografia “não é uma competência, mas uma *performance*. Ela precisa ser desenvolvida como uma política cognitiva do cartógrafo” (KASTRUP, 2007:48). A cartografia produzida baseia-se, portanto, em todos os registros da primeira etapa metodológica, visando proporcionar uma melhor leitura do território e das territorialidades identificadas, demonstrando como as atividades registradas se manifestam nas praças. Ressalta-se que as duas etapas da metodologia foram aplicadas da mesma forma em todas as áreas de estudo abordadas.

3.1. Praça Dom João Batista

A Praça Dom João Batista, pertence ao Bairro São Pedro, o de ocupação mais recente entre os bairros abordados no estudo. A ocupação do bairro é, na maior parte, residencial, havendo alguns comércios de pequeno porte, e o adensamento populacional avançou muito nas últimas quatro décadas. A maioria de suas vias tem largura

consideravelmente estreita (figura 13), e a maior parte de suas construções não conta com afastamentos frontais ou laterais, resultando em uma ocupação densa de edificações justapostas.

Figura 13. Rua da Independência: exemplo de via estreita do bairro São Pedro.



Fonte: Google Earth

O bairro se localiza em uma área de manguezal, no lado noroeste da cidade-ilha, junto à Baía de Vitória. É nesse contexto que se insere a Praça Dom João Batista, ladeada pelo corpo d'água e pela Avenida Beira Mar. Apesar de ser considerada como uma avenida, trata-se de uma via que segue o mesmo padrão de vias estreitas que o interior do bairro apresenta. Por esse motivo, as moradias localizadas no entorno da praça estão a uma pequena distância desta, funcionando como uma espécie de extensão e proporcionando um contato visual direto de quem está do outro lado dos muros. Tal fato possibilita aos moradores do entorno a criação de um vínculo com a praça, ainda que não utilizem seu espaço físico, de modo que ela está inserida na paisagem cotidiana dos habitantes.

Figura 14. Avenida Beira Mar: à esquerda o Bairro São Pedro e à direita a Praça Dom João Batista.



Fonte: Google Earth com intervenções nossas.

Na Avenida Beira Mar, a ligação da Praça com o interior do bairro se dá por quatro vias, sendo elas: Rua João Arlindo Nunes, Rua Natalino de Freitas Neves, Rua Independência e Rua Chácara. Essa disponibilidade permite a fluidez nos trajetos possíveis entre diversos locais no interior do bairro e a praça.

Figura 15. Vias no entorno da Praça Dom João Batista.



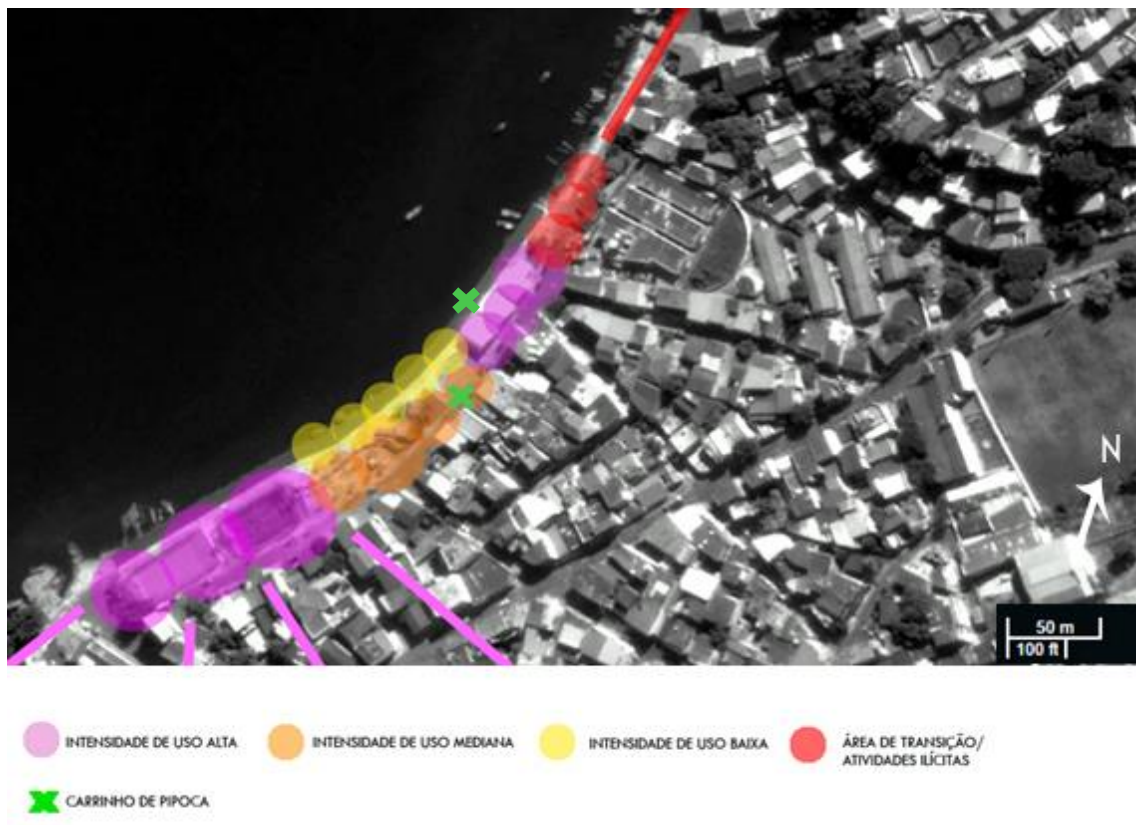
..... AV. BEIRA MAR
..... VIAS DE ACESSO ENTRE PRAÇA E BAIRRO

Fonte: Google Earth com intervenções nossas.

A aplicação da metodologia no período de vivência teve início no período matutino. A duração das visitas variou de duas a três horas, sendo utilizados horários entre 8h00 e 11h00. As anotações e registros de atividades realizadas nesse período são

apresentados aqui por meio das cartografias, que permitem, por meio de cores, discernir a intensidade de usos do na praça. A cartografia registra os usos e as apropriações da parte dos agenciadores, e identifica uma série de componentes estruturadores da praça, tais como horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1998) e os fixos e fluxos (SANTOS, 1988). A figura a seguir corresponde à vivência na Praça Dom João Batista no período da manhã.

Figura 16. Mapa de apropriações e intensidades de usos na Praça Dom João Batista, período matutino.

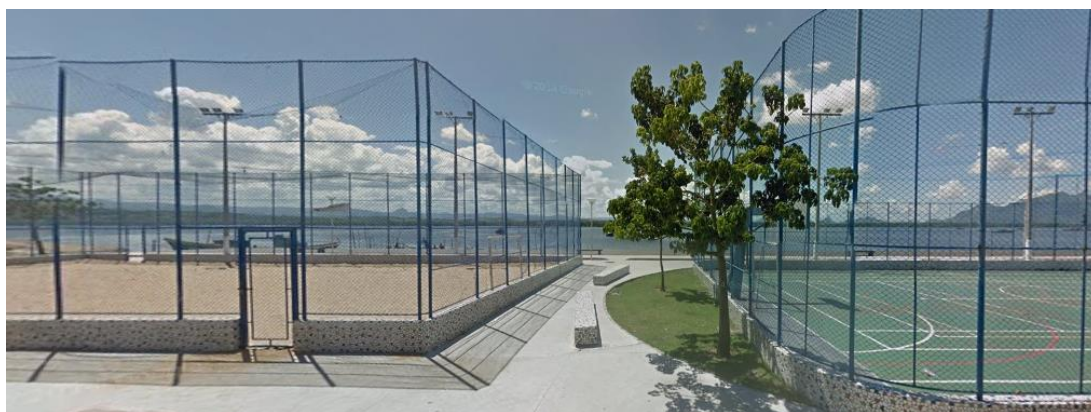


Fonte: Google Earth com intervenções nossas.

Os registros de alto fluxo de uso são identificados no mapa por meio das formas circulares em cor roxa, indicando os locais de maior circulação de pessoas e de uso dos equipamentos, como duas quadras e a academia popular. Tais equipamentos apresentam alta intensidade de uso, pois estimulam sua apropriação por meio de diversas atividades. As quadras (figura 17) são utilizadas, na maior parte do tempo, por crianças, sendo a primeira quadra, de areia, utilizada por pequenos grupos de infantes, que desenvolvem brincadeiras paralelas uns aos outros. As brincadeiras dentro da quadra acarretam na ocupação do seu entorno, visto que as crianças são acompanhadas por adultos – em sua

maioria, mulheres – que, ao esperar e vigilar, se apropriam dos bancos ao redor da quadra como local de espera. Após o encerramento das brincadeiras no interior da quadra, a mesma é desocupada pelas crianças e, conseqüentemente, os bancos se esvaziam, não voltando a serem ocupados até o final do período de vivência. Ao longo dos meses em que se deram as visitas, apenas em alguns dias a quadra de areia estava em desuso; e a utilização dos bancos não esteve vinculada necessariamente ao uso da quadra.

Figura 17. Quadra de areia e quadra pavimentada, Praça Dom João Batista



Fonte: Google Earth.

Já a quadra pavimentada é ocupada, na maioria dos dias, por jogos esportivos, como futebol ou queimada, em que crianças mais velhas se organizam e ocupam todo o espaço com a brincadeira. Além de tais jogos, a quadra funciona como espaço de passeios com bicicleta para crianças menores que não circulam pela praça. Fato curioso que configura um tipo de apropriação diferente do previsto para uma quadra, pois a praça é dotada de um amplo espaço que poderia ser utilizado para a prática de tal atividade. Porém, segundo as próprias crianças, “é perigoso cair na água”, tendo a área da brincadeira restrita apenas ao interior da quadra. A referência ao “cair na água” se dá pela ausência de uma barreira física entre o píer e o corpo d’água que ladeia a praça. Como na quadra de areia, esta também possui bancos dispostos em seu entorno, que são menos ocupados, havendo maior número de pessoas quando utilizada pelas crianças com bicicleta. Poucos foram os dias em que não havia qualquer atividade sendo desenvolvida dentro da quadra pavimentada.

Ainda na delimitação roxa, é registrado o intenso uso da academia popular (figura 18), ocupada, na maior parte do tempo, por idosos. Chama a atenção nesta parte

do registro a intimidade com que os outros habitantes que passavam pela academia cumprimentavam as senhoras e os senhores que faziam exercícios físicos, conferindo uma familiaridade entre o grupo e a rotina de apropriação daquele local da praça. Além da utilização dos equipamentos citados, a demarcação de alto fluxo de uso se baseia também na circulação de pessoas, associada aos jogos e aos exercícios realizados.

Figura 18. Parque infantil e academia popular, Praça Dom João Batista



Fonte: Google Earth.

A área de intensidade mediana de uso é demonstrada pelas circunferências alaranjadas, e se trata de um espaço aberto e sem cobertura (figura 19), com pequenos canteiros gramados, bancos, algumas mesas de jogos e, ainda, um parquinho infantil. Por ser uma área sem proteção do sol, conseqüentemente, a estadia nela é dificultada pelo calor e desconforto, resultando em períodos curtos de permanência de senhores nas mesas de jogos.

Já o parque infantil foi utilizado, muitas vezes, por crianças que saíam da quadra de areia e se encaminhavam para ele, funcionando como uma parada final do período de recreação. Tendo novamente o conforto térmico como balizador das possibilidades de apropriação, as atividades no parque infantil ocorrem mais na areia, uma vez que os equipamentos nele são feitos de ferro, impossibilitando seu uso devido à sua exposição ao sol.

Figura 19. Espaço aberto sem cobertura, Praça Dom João Batista



Fonte: Google Earth.

Um registro importante a ser feito dentro da área demarcada em laranja é a presença de Seu Pedro, um senhor com carrinho de pipoca que frequenta a praça alguns dias da semana (ainda que lá não seja seu ponto de venda oficial). A visita de Seu Pedro, como notado, é uma expectativa para as crianças que brincam no parque infantil, uma vez que, assim que o homem e seu carrinho aparecem do outro lado da rua, já se forma um pequeno aglomerado de crianças, esperando pela venda dos saquinhos de pipoca.

A área demarcada em amarelo representa a de menor intensidade de uso, correspondendo a um trecho do píer da praça, que contém alguns bancos dispostos ao longo do caminho. Dentre as áreas representadas nesta cartografia, esta é a menos ativa, caracterizando-se como local de passagem e/ou contemplação. A ausência de mobiliário que instigue atividades e a proximidade com o corpo d'água tornam esse trecho peculiar, pois os registros de uso ali são somente de transeuntes ou, ocasionalmente, algumas pessoas que sentam brevemente nos bancos para observar a paisagem. Nota-se que, mesmo com a proximidade da água e a possibilidade de contemplação da vista, o uso da praça está mais voltado para seus equipamentos.

Por fim, a última classificação de uso condiz com a demarcação circular em vermelho, localizada no fim da praça (figura 20), onde o bairro São Pedro se conecta mais à frente com o bairro Ilha das Caieiras. Este local é classificado como área de transição, pois é o limite entre o território da praça e a pavimentação da via (figura 21), que, a partir de tal ponto, muda de asfalto para calçamento em blocos de concreto.

Figura 20. Final da Praça Don João Batista, área sem equipamentos.



Figura 21. Mudança de pavimentação

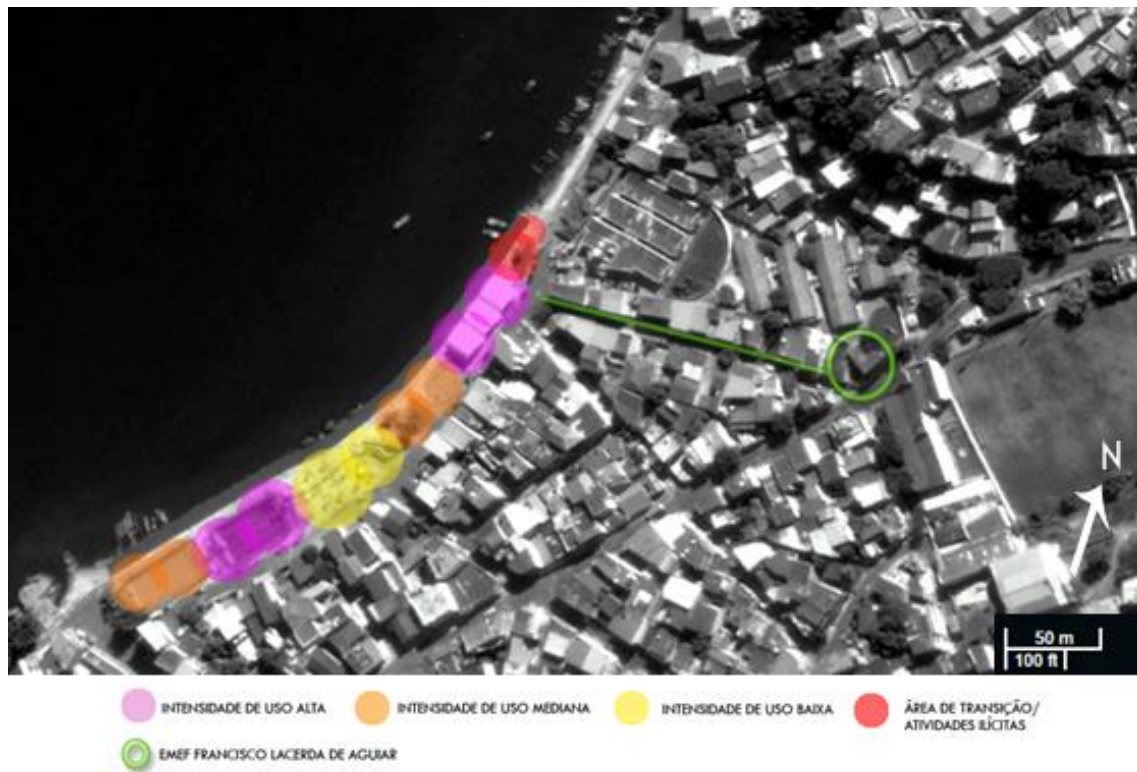


Fonte: Google Earth

Essa modificação ocorre na mudança entre uma região de movimento mais intenso para uma com menor fluxo, em uma via com dimensões inferiores às da Avenida que a antecede. Ao contrário das outras localidades nas demarcações de uso, esta não possui equipamento algum que instigue a apropriação por parte dos agenciadores, tendo apenas um pedaço do píer como caracterização da praça em sua delimitação, funcionando como local de passagem. O único registro de apropriação se dá por um agrupamento de jovens utilizando material ilícito. Tal prática causa certo

impacto ao ser notada no contexto de uso geral da praça, onde existem crianças brincando e idosos praticando atividades diversas. Além da prática em si, o horário de registro também causa surpresa, pois é um período matutino, à luz do dia. A frequência de tal uso foi registrada semanalmente, com certa anuência dos outros usuários, aparentando uma normalidade diante de tal costume.

Figura 22. Mapa de apropriações e intensidade de uso na Praça Dom João Batista, período vespertino.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

O segundo mapa de intensidades de usos corresponde ao período vespertino, sendo as visitas realizadas entre 14h00 e 17h00. Nota-se uma mudança de fluxo das atividades, comparado ao mapeamento realizado no período matutino. A demarcação roxa corresponde à alta intensidade de uso, sendo as apropriações recorrentes na quadra pavimentada e na academia popular. A quadra é utilizada por crianças e jovens, organizados em grupos, dividindo ao meio o espaço da quadra. Algumas crianças que brincam no local estão uniformizadas, indicando a relação de uso dos alunos da EMEF “Francisco Lacerda de Aguiar” (demarcada no mapa). A proximidade da escola instiga as interações entre espaço da escola e a praça, fazendo com que esta seja um complemento recreativo no convívio das crianças. Já a academia popular, também inserida na demarcação em roxo, mantém o perfil de uso do período matutino, sendo

ocupada por idosos e adultos. Existem também algumas crianças mais novas que, em dias de muito sol e calor, utilizam do espaço coberto (o único da praça com essa configuração) para brincadeiras, acompanhadas de quem utiliza a academia.

A demarcação em laranja condiz com a intensidade de uso mediana, abrangendo o parque infantil, as mesas de jogos e a quadra de areia. À tarde registraram-se menos crianças no parquinho do que no período da manhã, bem como na quadra de areia. Nota-se que a intensidade do sol na parte da tarde faz a areia esquentar, causando um desconforto no uso da quadra. Ao redor do parquinho, na área das mesas de jogos, registraram-se jovens circulando de bicicleta como atividade ocasional, sem uma rotina de uso. A circulação de bicicletas ocorreu também na demarcação em amarelo, a de menos intensidade de uso, sendo essa a única atividade registrada na área demarcada.

A demarcação em vermelho segue com a mesma caracterização da cartografia relativa ao período matutino, porém agora sem o registro de grupos de jovens comercializando ou utilizando substâncias ilícitas.

Figura 23. Mapa de apropriações e intensidade de uso na Praça Dom João Batista, período noturno.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

O último mapa de uso da Praça Dom João Batista condiz com o período noturno, entre 18h00 e 19h30min. Registra-se que o horário estabelecido inicialmente

previa findar às 21h00, porém a praça e seu entorno se convertem num território hostil à medida que noite avança. É interessante ressaltar que algumas atividades noturnas realizadas na praça, como a presença de uma feira com barraquinhas de comida, foram interrompidas durante um período de tempo, por conflitos ocorridos na região de São Pedro, diminuindo a segurança dos moradores e dos vendedores.

Há lugares específicos em cada bairro ou conjunto de bairros onde em função de condições históricas e sociais precisas (lugar de desova, ponto de tráfico, violência policial e violência política localizada ou crimes interpessoais, etc.) acontecem os homicídios. Na realidade há uma concentração e uma seletividade em centros conhecidos de bairros populares dos homicídios (como por exemplo, Planalto Serrano, Flexal, Terra Vermelha, São Pedro e Vila Betânia) (ZANOTELLI *et al*, 2006: 45-46)

Ainda que em frequência de vivência reduzida, o período noturno revelou uma relação dos habitantes do bairro com a praça. A demarcação em roxo, de alta intensidade, abrange a quadra pavimentada, ocupada por adultos (todos do sexo masculino) algumas vezes na semana, que se organizam para a realização de jogos de futebol. Ao redor da quadra, nos bancos, alguns jovens se posicionam para observar o jogo em andamento. Essa área foi a única a apresentar uso mais intenso, sendo mais utilizada no começo da noite.

A intensidade de uso mediana, representada pela demarcação laranja, ocorre na quadra de areia, no parquinho e na academia popular. Na quadra de areia, foi notada a presença de jovens jogando bola e, na ausência de tal grupo, apenas algumas crianças em recreação. O parquinho é utilizado por poucas crianças, com maior presença de adultos acompanhando-as, comparado aos outros períodos de vivência. A academia popular mantém seu perfil de ocupação, sendo utilizada por idosos e alguns adultos, porém com menos frequência do que nos outros horários do dia.

A demarcação em amarelo, de menos intensidade de uso, condiz com o espaço entre a quadra pavimentada e o parquinho, abrangendo as mesas de jogos e os bancos. Essa região foi classificada da mesma forma nos outros períodos de observação, induzindo à compreensão de que não é um espaço atraente para os agenciadores da praça. Notou-se, algumas vezes, a presença de pessoas sentadas em alguns bancos no período noturno, mas não é uma presença recorrente e de longa duração. Por fim, a área em vermelho denota a caracterização de espaço de transição, ressaltando-se que no

período noturno há menor fluxo de pessoas transitando por ela, devido à falta de iluminação e pela presença de jovens praticando as citadas atividades ilícitas.

Além das atividades registradas em cada período, notou-se a apropriação do píer e das bordas da praça como percurso de caminhada. A elaboração de um mapa somente para tal atividade se justifica pelo fato da mesma ser notada em todos os períodos de vivência, sendo, portanto, uma constante na praça. A seguir, registra-se a principal rota feita pelas pessoas que exercem a atividade que se concentra sempre no píer e na borda oposta.

Figura 24. Circuito de caminhada na Praça Dom João Batista.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

O registro das atividades mais frequentes, bem como a intensidade de uso da praça, foram importantes para a análise das territorialidades manifestadas no território. Inicia-se pelas noções de limites (RAFFESTIN, 1993) e de bordas (SENNETT, 2013), com a indicação de como esses componentes se configuram na praça. Como visto anteriormente, limites e bordas possuem conotações diferentes. Enquanto limites (materiais ou imateriais) possuem caráter mais rígido, as bordas são maleáveis, podendo se estabelecer de modos diferentes na demarcação do território. Esse fato se manifesta claramente na Praça Dom João Batista, onde os limites (representados em amarelo) se configuram de acordo com o território físico, e as bordas (representadas em laranja) se apresentam de acordo com as áreas de uso mais intenso. Em outras palavras, o limite da

praça representa o final de seu espaço físico, enquanto as bordas sinalizam as áreas criadas pelas dinâmicas de uso estabelecidas pelos agenciadores. Há, ainda, o limite estabelecido pela presença do corpo d'água (representado em azul), delimitando o espaço físico da praça, embora não delimite a dinâmica de uso do próprio corpo d'água por parte dos pescadores. Tal limite é uma demarcação física que não interrompe o vínculo visual entre a praça e a paisagem.

Figura 25 – Paisagem ao redor da Praça Dom João Batista



Dentro do território da praça se manifestam quatro bordas, correspondentes aos registros de apropriações e à intensidade de uso. A borda [A] condiz com o espaço posterior às duas quadras da praça, onde na maior parte do tempo se aglomeram as pessoas e ocorrem diversas atividades. Ainda que haja continuidade do espaço físico da praça, a área posterior a essa borda apresenta uma quantidade menor de pessoas/atividades, caracterizando cenários diferentes num mesmo território. Enquanto a demarcação alaranjada apresenta um aspecto vívido e animado, a parte posterior à borda [a], roseada, se caracteriza como um ambiente monótono, sem uma dinâmica de uso significativa.

A borda [b] se coloca entre esse cenário invariável e o setor em verde, e se caracteriza pela rotina dos idosos que utilizam a academia popular e pelas crianças que brincam no parquinho. Esses dois grupos predominantes formam um coletivo de ocupação, intensificando a presença ora na academia ora no parquinho, mas sempre

ocupando a praça. Apesar de ser um setor dinâmico como o primeiro, este apresenta características mais brandas, pois os ruídos sonoros são menos intensos e as atividades realizadas não apresentam tanta agitação como no primeiro setor. Caracteriza-se, assim, um terceiro cenário dentro da mesma praça.

A borda [c] simboliza a transição entre o setor verde e o setor roxo. A demarcação após essa borda é determinada por atividades desconhecidas, estando em desuso na maior parte do tempo. Não possui equipamentos ou mobiliários, tampouco uma relação com quaisquer usuários das outras partes da praça, transmitindo uma sensação de monotonia e hostilidade como características principais. Portanto, a borda [c] simboliza o fim do espaço utilizável da praça, diferentemente do limite, como veremos mais adiante, que representa o fim do seu território físico.

Figura 26. Mapa de bordas e limites na Praça Dom João Batista.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

Além dos limites e bordas identificados, há ainda as manifestações das horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1998). Como visto anteriormente, tais componentes condizem com as dinâmicas de uso, relacionando os acontecimentos por

proximidade física (horizontalidades) ou por suas relações com o contexto socioespacial (verticalidades).

As horizontalidades reconhecidas na praça relacionam as duas áreas com equipamentos que estimulam a prática de atividades e de interação entre os agenciadores do espaço. A primeira manifestação de horizontalidade corresponde à apropriação das duas quadras por jogos e brincadeiras, as quais concentram a maior diversidade de agenciadores (crianças, jovens e adultos) durante suas rotinas de uso. A segunda horizontalidade é identificada através da dinâmica de uso da academia popular e do parquinho. Assim como a primeira horizontalidade, esta é caracterizada pela intensa apropriação do espaço por atividades recreativas ou físicas, apresentando um forte vínculo entre a praça e seus agenciadores. Além da horizontalidade, há ainda a verticalidade identificada no entorno na praça, sobretudo nas imediações da EMEF “Francisco Lacerda de Aguiar”. Esse fenômeno se dá pela conexão entre a praça e a citada escola, estimulando as relações de uso estabelecida e a apropriação do espaço.

Figura 27. Mapa de horizontalidades e verticalidades na Praça Dom João Batista.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

No que tange às relações entre os componentes do território e suas dinâmicas de uso, ainda há a manifestação dos fixos e fluxos. A seguir, efetua-se a sobreposição dos

registros das horizontalidades e verticalidades aos dos fixos e fluxos. Os fixos se relacionam com as horizontalidades, sendo aqueles os próprios equipamentos que permitem atividades e vínculos com o território. Na Praça Dom João Batista, os fixos se encontram nas áreas onde ocorrem as horizontalidade. Já os fluxos estão relacionados com as verticalidades, ou seja, são as manifestações dos movimentos realizados entre pontos distantes, como no caso da relação entre praça e escola. Sobrepondo-se tais componentes, registram-se as relações entre os elementos bem como suas manifestações no território.

Figura 28. Sobreposição do mapa de horizontalidades e verticalidades com o mapa de bordas e limites.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

O reconhecimento desses diversos componentes na Praça Dom João Batista nos permite reconhecer as territorialidades que nela se manifestam. Entende-se aqui por territorialidade todas as relações sociais que dão vivacidade ao território, sendo produto da coletividade que a vida urbana proporciona.

A territorialidade 1 é representada pela constante presença do grupo de jovens e crianças que se apropriam das quadras, por meio das brincadeiras e dos jogos de futebol.

Por conta da rotina de uso, as duas quadras se tornaram território dominado por esse público, dando sua identidade por meio das práticas desenvolvidas no local. Além dos agenciadores ativos, que exercem as atividades, há aqueles que ocupam o espaço pelo ato de observar, ocupando os bancos ao redor das quadras para visualização dos jogos e brincadeiras em acontecimento.

A territorialidade 2 se manifesta no parquinho, ocupado por crianças menores e seus responsáveis. O parquinho em si e seu entorno conferem à praça uma dinâmica de uso diferente das outras áreas, pois as brincadeiras são todas infantis e a ocupação ativa é praticada somente pelas crianças (ao contrário das quadras, por exemplo, onde se misturam jovens, adultos e crianças mais velhas). Ainda nessa manifestação de territorialidade, tem-se o Seu Pedro e seu carrinho de pipoca, que possui uma ligação direta com as crianças que utilizam do parquinho, sendo a compra da pipoca e o ato de comê-la junto aos colegas seu ritual, que integra as brincadeiras e faz parte da rotina dos que ali frequentam.

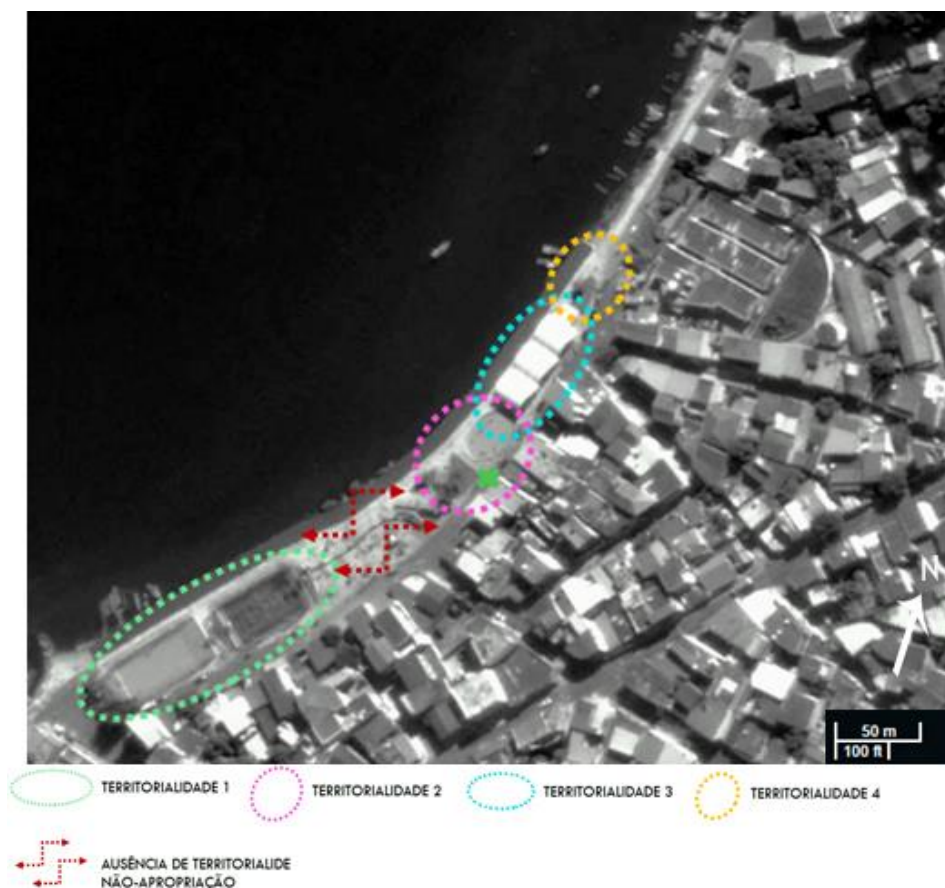
Na territorialidade 3, tem-se a área correspondente à academia popular. Essa parte do território é marcada por uma frequência assídua de um mesmo público, os idosos, que se apropriam do espaço frequentemente em sua rotina. O grupo que se apropria desse espaço são como administradores do lugar, mantendo-o limpo e em bom estado de conservação por meio da frequência do uso.

A última territorialidade, de número 4, é identificada pela constante presença de um grupo que se acomoda no final da praça em horários variados entre a manhã, tarde e noite. As atividades desenvolvidas geram a sensação de desconforto e insegurança, fazendo com que as atividades na praça diminuam à medida que o grupo de jovens fica mais numeroso.

Além das manifestações de territorialidade, há ainda um espaço onde não foi identificadas relações de apropriação. O espaço entre as quadras e o parquinho se apresenta ociosa na maior parte do tempo em que foram realizadas as visitas de campo e os períodos de observação. Nessa área não se manifesta territorialidade alguma, sendo um vazio de acontecimentos em meio a espaços com constantes apropriações. A ausência de equipamentos impulsiona o uso das demais áreas da praça, formando, assim, um cenário utilizado como local de passagem, algumas vezes ocupado, mas

nunca o suficiente para que sua presença componha um cenário dinâmico junto às outras manifestações de territorialidade.

Figura 29. Mapa de territorialidades na Praça Dom João Batista.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

A partir dos eventos observados, representados nas cartografias, observa-se que a praça se insere no bairro São Pedro como um ponto de convergência, tanto pela sua localização física (em uma das bordas do bairro), quanto por sua disposição no território, tendo sua forma prolongada, remetendo ao formato de um parque linear (mantendo, porém, o programa de uma praça). As apropriações e a ausência delas dão forma às territorialidades que incorporam a praça, permitindo a identificação de um espaço público multifuncional, que, como classifica Rogers (1995), é aquele que apresenta diversidade tanto nos usos manifestados quanto nos habitantes que se apropriam dele. Os agenciadores da praça, sejam moradores do bairro São Pedro ou de bairros vizinhos, demonstram uma relação de intimidade com o lugar, reforçando o pertencimento ao espaço e cultivando as relações interpessoais.

A convivência em coletividade e a relação próxima com o território que os agenciadores desenvolvem diariamente permite o fácil reconhecimento de um não frequentador, alguém que não pertence ao lugar, ainda que este também se aproprie do território. No papel de pesquisadora urbanista, a apropriação é visual, não desenvolvendo nenhuma atividade relacionando o físico com o território senão apenas por meio do espaço que o corpo ocupa. É a captação do que se é apropriado, a absorção do território através do coletivo, das impressões que chegam pelos gestos, atos, sons e cenários que se manifestam durante a vivência. Sendo assim, é possível reconhecer pela vivência e observação (e das cartografias), uma diversidade de cenários que compõem a totalidade da praça, tendo, assim, a manifestação de uma multiterritorialidade. O constante uso do território e a pluralidade que se manifesta nele impulsiona o cuidado com a praça, fazendo com que seus equipamentos se mantenham conservados.

A presença das territorialidades na Praça Dom João Batista a caracteriza como um espaço público vívido que, apesar de localizado em um espaço social de conflitos constantes, mantém uma estreita relação com os habitantes que dela se apropriam. O constante uso e a multiterritorialidade da praça permitem a manifestação da essência de um espaço público: o potencial que a convivência em coletividade traz e, como consequência, a formação de um espaço público melhor para a cidade e quem a habita. Assim, constata-se que o objetivo do estudo, aplicado na praça, revela um território plural e que incentiva os seus agenciadores à formação de laços sociais pelo convívio em coletividade.

3.2. Praça do Papa

Neste item serão analisados os resultados da vivência na Praça do Papa, localizada no bairro Enseada do Suá. Como dito anteriormente, o bairro resulta de uma proposta do plano Novo Arrabalde, idealizado através de uma série de aterros, dando início à formação de uma nova centralidade na cidade de Vitória. Inaugurada no ano de 2008, a Praça do Papa se configura em forma de esplanada, localizada às margens da baía de Vitória. Por possuir uma área tão extensa, de 67.000m², abriga ocasionalmente eventos como feiras livres, festivais culturais e manifestações políticas. Além de bancos distribuídos ao longo de sua área e um parque infantil (figura 30), não há na praça

qualquer outro equipamento que estimule a interação do habitante com o lugar, tampouco uma vegetação que proporcione abrigo do sol e conforto para estadia. Portanto, a Praça do Papa se insere neste estudo justamente pela dualidade que apresenta quanto sua estrutura: é um espaço público com uma grande área, porém não apresenta ao habitante da cidade uma forma convidativa de ser utilizada.

Figura 30. Mobiliário e parquinho infantil localizado na Praça do Papa.



A praça fica localizada entre a Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, uma via de alto fluxo de circulação de veículos, e o mar, fazendo parte da belíssima paisagem que compõe a Baía de Vitória (figura 31). A conexão com a praça e o interior do bairro se dá através de três vias que, se conectam com a avenida: as ruas Abigail do Amaral Carneiro, Clóvis Machado e Vitório Nunes da Mota. Além delas, há também outra via de acesso, a Rua Judite Maria Tovar Varejão, que se conecta com um estacionamento localizado às bordas do lado direito da praça. Na outra extremidade, do lado esquerdo, localiza-se outro estacionamento, de maior proporção, que atende aos prédios de caráter empresarial e comercial. Tais prédios estão inseridos no entorno da praça, porém não apresentam uma ligação direta com a mesma. Este fato é evidenciado pela larga via localizada entre os prédios e a praça, que não apresenta qualquer facilidade quanto ao caminhar das pessoas que frequentam o bairro e trabalham nos prédios; e também pela própria forma arquitetônica adotada para tais construções: torres altas (figura 39), com suas fachadas vedadas, sem muitas aberturas para a praça além das de entrada para os prédios.

Figura 31 – Bela paisagem contendo a 3ª Ponte e o Morro do Moreno (Vila Velha/ES) vista da Praça do Papa



Figura 32. Prédios localizados na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, em frente à Praça do Papa.



Figura 33. Vias no entorno da Praça do Papa.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

Figura 34. Mapa de apropriações e intensidade de uso na Praça do Papa, período matutino.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

Utilizando a mesma metodologia aplicada na primeira praça, o primeiro mapa (figura 34) indica as informações do período matutino, com visitas de duração variada entre duas a três horas, sendo os horários entre 8h00 e 11h00. As áreas de maior intensidade de uso localizam-se nas bordas da praça. A demarcação em rosa 1 é caracterizada como local de passagem, tendo um grande fluxo de pedestres e de pessoas que utilizam do ponto de ônibus localizado na calçada. Apresenta também um alto fluxo de ciclistas, devido à ciclovia que ladeia a avenida e faz limite com a praça. A demarcação rosa 2 é ocupada por pescadores, que utilizam da área em uma média de 4 a 5 dias por semana, variando os horários e o número de pessoas. Já a demarcação rosa 3 não faz parte do território da praça, mas sim de suas imediações, sendo uma pequena faixa de praia (figura 35) utilizada diariamente. Apesar da frequente presença de pessoas no local, a praia ali localizada é imprópria para banho e utilização, como sinalizam diversas placas no local.

Figura 35. Pequena faixa de praia localizada no entorno da Praça do Papa.



A demarcação de intensidade de uso mediana é representada pela cor laranja, dividindo-se em duas partes. Tanto do lado esquerdo quanto do lado direito, a caracterização de uso é de uma área de circulação, estando a primeira demarcação localizada nas imediações do Projeto Tamar e de um restaurante próximo a ele, e a segunda, no estacionamento localizado na lateral da praça.

A demarcação amarela, de menor intensidade de uso, abrange quase todo território da praça. Durante o período de vivência, não foi registrada nenhuma atividade que apresente uma frequência, a não ser por algumas poucas pessoas que transpõem a

praça, como parte de um percurso maior, como os agenciadores que circulavam de bicicleta, caminham ou correm. E, ainda que existam tais atividades, a praça se encaixa somente como uma parte do percurso, um local de passagem, e não o destino específico para a realização de tais práticas. Atribui-se tal fato à ausência de equipamentos e de infraestrutura, não estimulando o desenvolvimento de apropriações entre moradores da cidade e a praça.

Figura 36. Mapa de apropriações e intensidade de uso na Praça do Papa, período vespertino.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

O segundo mapa (figura 36) corresponde ao período vespertino, em que as visitas foram realizadas entre 14h00 e 17h00. As atividades registradas em tal período não se diferenciam muito do mapeamento correspondente ao período matutino. Dentre as regiões de alta intensidade de uso, mantem-se a 1 e a 3, que apresentam a mesma caracterização de local de circulação, e a faixa de praia, que continua sendo utilizada no período vespertino.

A demarcação laranja corresponde à intensidade de uso mediana, em que a atividade de pesca permanece na parte da tarde, porém com menos frequência e com um número menor de pessoas presentes no local. Nota-se ainda algumas crianças no

parquinho, porém essa atividade não foi registrada com frequência, visto que só acontecia quando havia crianças na praia e que se dirigiam ao parquinho pela proximidade. Ainda na demarcação laranja, há a feira orgânica que acontece todas as quartas-feiras, ocupando parte do estacionamento para as barracas e a circulação da clientela. Tal evento está inserido na demarcação alaranjada pois, apesar de aumentar o fluxo de uso da praça, acontece apenas uma vez por semana, fomentando as atividades apenas em seu horário de acontecimento. As demarcações em amarelo são as de menor intensidade de uso, mantendo-se igual ao mapeamento matutino, tendo ainda menos frequência de atividades. Na parte da tarde, o calor se intensifica e, com a ausência de qualquer tipo de proteção do sol, a estadia na praça se torna desconfortável e difícil.

Figura 37. Mapa de apropriações e intensidade de uso na Praça do Papa, período noturno.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

O último mapa corresponde ao período noturno, entre 18h00 e 19h30min. O período de observação foi menor em relação aos outros, pois ao anoitecer, a praça se torna um território de difícil estadia. Devida à falta de iluminação apropriada atrelada à vasta extensão da praça resulta em um cenário hostil, sem segurança e, por consequência, sem condições que instiguem o uso da praça. Não há um uso intenso do

espaço, havendo apenas dois níveis de intensidade de uso, sendo que o mais intenso deles se concentra na borda da praça que é permeada pela Avenida Nossa Senhora dos Navegantes. A presença da ciclovia e do ponto de ônibus na localidade fazem desse trecho um cenário dinâmico, configurado como uma área de passagem.

Com exceção da demarcação alaranjada, a Praça do Papa não apresenta atividades significativas nem que simbolizem uma apropriação constante. A presença de pessoas correndo, caminhando ou andando de bicicleta permanece, porém em uma quantidade menor e com frequência de tempo mais espaçada do que nos outros períodos de observação. A ausência de pessoas unida às falhas de infraestrutura resulta em um sentimento de insegurança, afastando o agenciadores do espaço e dificultando a apropriação do mesmo. Esse fato cria um ciclo prejudicial à praça como espaço público: a falta de agenciadores acarreta na não manutenção do espaço, a falta de manutenção leva à ausência de agenciadores e assim o ciclo se perpetua, diminuindo o uso da praça como espaço público, por consequência, a criação de vínculos e apropriações dos habitantes com ela.

É importante ressaltar que, além das atividades que compõem o cotidiano da praça, registradas no período de observação, há ainda eventos pontuais que nela se instalam, utilizando de seu vasto território como base para a inserção de grandes estruturas. Durante a aplicação da metodologia de vivência, houveram dois desses eventos: a Feira Sabores da Terra e um festival de *food truck*. Apesar de se manter como espaço público ainda com essas estruturas instaladas, o território perde sua caracterização de praça, se assemelhando a um tipo de espaço remanescente da cidade. Dessa forma, ainda que o cenário seja de coletividade e interação social, tais fatos se devem ao evento e às ocasionalidades geradas por ele e não pela praça em si.

Figura 38. Estrutura da 10ª Feira sabores da terra, instalada na Praça do Papa.



Fonte: <http://www.eshoje.jor.br>

Figura 39. Festival de *food truck* realizado no estacionamento da Praça do Papa.



Fonte: <http://www.eshoje.jor.br>

Além de eventos de lazer, a Praça do Papa simboliza um espaço de manifestação dos direitos sociais, sendo ponto de encontro de diversos eventos de caráter político. Não cabem aqui discussões sobre a função política do espaço público na cidade, mas sim salientar que esse tipo de manifestação social é uma das atividades que legitima a praça enquanto espaço público e palco de acontecimento das ligações sociais.

Figura 40. Manifestação de caráter político com concentração na Praça do Papa, no ano de 2015.



Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/>

Acerca dos limites e bordas identificados, cabe ressaltar que eles se misturam entre si e se expandem além do território da praça. Os limites permeiam a extensão da praça, se confrontando em um dos lados com a propriedade do Projeto Tamar (1). Os outros limites (2 e 3) fronteiam as vias que contornam a praça, estabelecendo a delimitação entre o território de pedestres e o de veículos. Já as bordas se dispõem tanto em localidades diferentes dos limites (4) quanto sobrepostas aos mesmos (5).

Figura 41. Mapa de bordas e limites na Praça do Papa.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

A borda 4 é a transição entre a praça, os restaurantes e a faixa de praia, localizados no entorno. Esses dois pontos concentram apropriações que, apesar da proximidade física, não se localizam no território da praça em si, compondo um cenário

de movimentação por essa borda de interação. A borda 5 se sobrepõe a um limite, porém se expande além dele, ocupando também as calçadas que se interpõem entre a praça e a avenida, onde o espaço público deixa de ser a praça e se torna calçada.

A seguir, tem-se o mapa gerado a partir da análise das horizontalidades e verticalidades, bem como os fixos e fluxos da praça. A manifestação de horizontalidade se encontra em dois pontos nas imediações da praça: na faixa de praia e no ponto de ônibus rente à avenida. A faixa de praia, apesar de não compor o território da praça *per si*, faz parte do cenário que se forma ao redor dela, trazendo para o local a movimentação que não é identificada na praça. Já o ponto de ônibus faz parte da infraestrutura urbana, no limite entre praça e avenida, fazendo com que a circulação de pessoas seja intensa e forme um cenário contrastante comparado com o que se nota no restante da praça: um espaço apático e sem a presença de agenciadores. Por meio dessas horizontalidades é que se manifestam também os fixos, que são as forças geradas a partir da presença de tais horizontalidades. Na praça, os fixos se espalham no território, apresentando-se entre a faixa de praia e o ponto de ônibus e expandindo-se para além dela.

Figura 42. Mapa de horizontalidades e fixos na Praça do Papa.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

Quanto às verticalidades e fluxos, não foram identificadas nenhuma manifestação destes. A inserção da praça em meio a instituições, empresas e comércio, aliada à falta de infraestrutura apropriada, não estimula a presença de verticalidades, sendo que a praça não se conecta com outros pontos que não estejam ligados por seu próprio território. Por tal fato, também, não se identificam os fluxos que se manifestam em coexistência com as verticalidades, sendo a circulação da praça fruto apenas da relação com as horizontalidades.

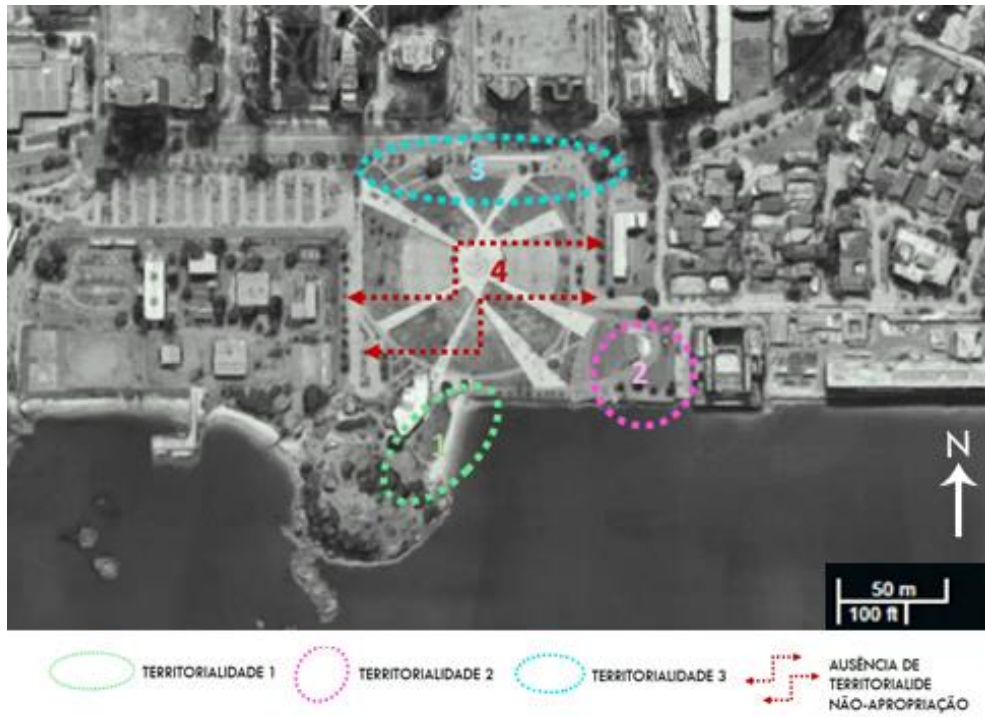
A partir das cartografias realizadas e das constatações acerca da dinâmica de apropriação do território da Praça do Papa, tem-se o reconhecimento das territorialidades e das não territorialidades presentes. A territorialidade 1 condiz com a área da faixa de praia, localizada no entorno da praça. Ali se dá a constante apropriação por meio da frequência de uso do espaço, seja pelos banhos de mar, seja pela presença de grupos de pessoas na areia. Dentre os espaços observados, tanto no entorno quanto na praça em si, este trecho se destaca, pois, em meio a um cenário urbano agitado, movimentado por uma grande avenida, ele se insere como a formação de um segundo plano, onde o habitante entra em contato direto com a natureza e o corpo d'água que permeia a praça.

O grupo de pescadores formam a territorialidade 2, na beira do mar, na fronteira entre água e terra. Entre as pedras que saem do mar e se aglomeram aos pés da praça, encontra-se diariamente pescadores que fazem daquele lugar seu território de trabalho, marcando o seu lugar na praça a partir desse uso.

Por fim, a territorialidade 3 é formada pelo movimento de circulação na borda da praça, no limite entre avenida e calçada. A constante presença de um grupo numeroso de pessoas utilizando desse trecho de praça como trajeto cotidiano marca o território pela forte relação estabelecida entre o habitante e a praça. Aqui, esta funciona como um ponto de acolhimento de quem espera um ônibus, de quem corta caminhos, de quem escolhe seu trajeto cotidianamente. A borda da praça, tão movimentada por pessoas, contrasta, de longe, com a avenida, tão movimento por veículos. A visão de quem está no meio da praça (4) e olha para essa cena, de trás, é tomada por certa angústia, despertada pelo impacto entre o ritmo da cidade agitada e da praça esmorecida. O centro da praça, durante o período de vivência, não se apresentou como um território ocupado, apropriado significativamente por quaisquer atividades. Dessa forma, é caracterizado

como uma não territorialidade, aberto, assim, a futuras apropriações e a novas relações com os habitantes da cidade.

Figura 43. Mapa das territorialidades na Praça do Papa.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

As análises realizadas na Praça do Papa pelos mapeamentos e vivências permite identificar a forma que ela se insere tanto no contexto urbano em que se encontra como na rotina dos habitantes da cidade. A falta de infraestrutura da praça associada às suas grandes proporções resultam em um território vasto e inabitado, com potencialidades de ser muito mais do que é, atualmente, como espaço público. A ausência da relação entre habitante e praça induz à formação de um espaço ocioso e hostil, que não incentiva a pluralidade dos encontros sociais. A Praça do Papa se caracteriza como um espaço monofuncional, onde, apesar de haver um espaço físico muito amplo, a relação do agenciadores com esse território é pontual, sendo ofuscada pelas grandes áreas desocupadas. Apesar da diferença de tempo e contexto urbano, a relação da Praça do Papa com seu entorno remete a uma passagem em que Bauman descreve a Praça *La Défense*, em Paris, onde é possível reconhecer diversos (se não todos) apontamentos da conexão entre praça e cidade.

O que chama a atenção do visitante de La Défense é antes e acima de tudo falta de hospitalidade da praça: tudo o que se vê inspira respeito e ao mesmo tempo desencoraja a permanência. Os edifícios fantásticos que circundam a praça enorme e vazia são para serem admirados, e não visitados; cobertos de cima a baixo de vidro refletivo, parecem não ter janelas ou portas que se abram na direção da praça; engenhosamente dão as costas à praça, diante da qual se erguem. São imponentes e inacessíveis aos olhos [...] Essas fortalezas/conventos hermeticamente fechadas estão na praça, mas não fazem parte dela – e induzem quem quer que esteja perdido na vastidão do espaço a seguir seu exemplo e sentimento. Nada alivia ou interrompe o uniforme e monótono vazio da praça (BAUMAN, 2001:113).

A fala do autor sintetiza os sentimentos despertados pela vivência na Praça do Papa. Apesar de ser um espaço público com potencial de grandes contribuições para vida urbana, não desperta acolhimento ou o desejo de participar da construção de sua rotina. Há uma praça, mas não há pessoas, há o espaço público e se ausenta dele a cidade.

3.3. Praça Presidente Getúlio Vargas e Praça Princesa Isabel

Como dito anteriormente, o bairro Centro é o de formação urbana mais antiga dos aqui abordados, sendo a Praça Getúlio Vargas e a Praça Princesa Isabel também de fundação mais remota. Não há uma divisão física entre as duas praças nem uma via que as separe, sendo um território unificado e, portanto, aqui será referido como uma única praça. A praça é ladeada por duas avenidas, sendo as principais vias a Avenida Princesa Isabel e a Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes. Ainda circundam a praça duas vias menores, a Rua Cel. Vicente Peixoto e a Rua Doutor Aristídes Campos. O conjunto de espaço público é bem arborizado, possuindo uma massa verde que confere frescor e sombra ao ambiente. Acerca do mobiliário urbano, existem bancos dispostos ao longo de praça e uma academia popular. Há barracas de comércio itinerante, que comercializam comida, artigos variados e, ainda, uma banca de jornais e revistas. Junto a essas estruturas está um dos principais pontos de ônibus da localidade, junto à Avenida Princesa Isabel.

Figura 44. Vias do entorno do conjunto de praças no Centro.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

Figura 45. Mapa de apropriações e intensidade de uso no conjunto de praças do Centro, período matutino.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

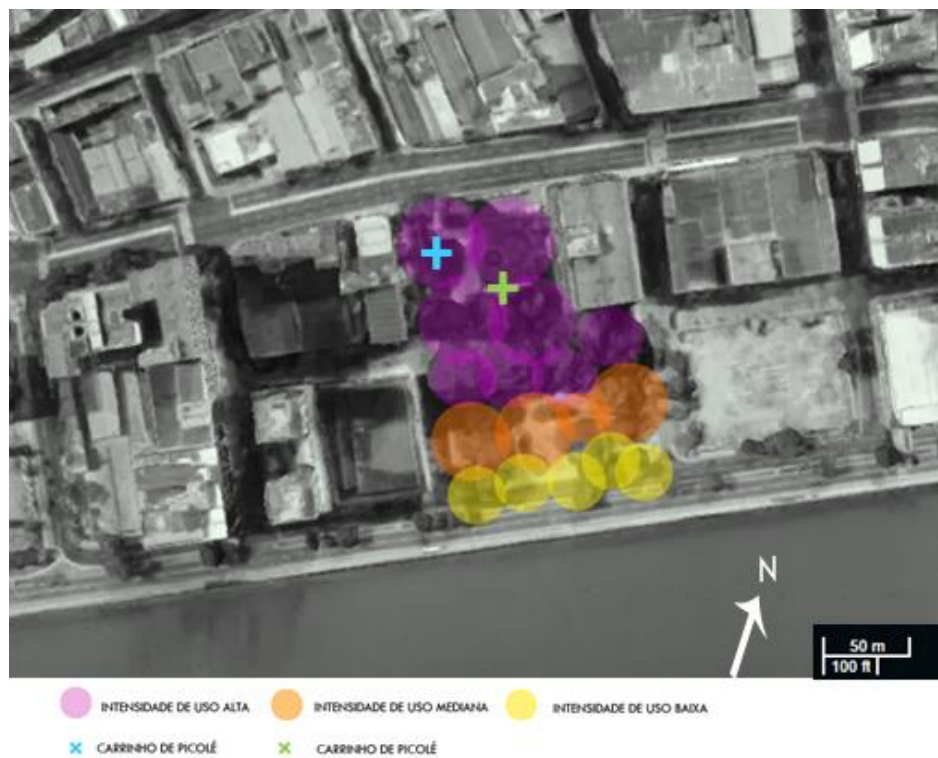
O primeiro mapa a ser apresentado, como nas outras praças, condiz com as vivências do período matutino. A inserção do conjunto de praças no centro da cidade, aliado à sua localização em meio a prédios comerciais, a torna movimentada durante todos os períodos observados. A demarcação de uso mais intenso é efetivada tanto por pedestres, que se apropriam da praça como parte do trajeto, quanto por pessoas que ocupam o ponto de ônibus, causando um grande agrupamento na borda da praça. Há, também, a movimentação matinal da abertura das barracas comerciais que se instalam ali, dando início, todo dia, às atividades logo no princípio da manhã. Há a circulação de entrada dos funcionários que trabalham nos prédios que cercam a praça, dando vivacidade ao lugar.

Figura 46. Barracas de comércio



A demarcação de intensidade de uso mediana está mais próxima à Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, que faz divisa com o corpo d'água que compõe a paisagem do entorno da praça. Apesar de ter uma intensidade menor que a outra área, esta ainda apresenta uma grande circulação de pessoas. Além dos transeuntes, muitos idosos utilizam dos bancos para sentar e tomar banho de sol, muitas vezes acompanhados de um jornal adquirido na banca da praça.

Figura 47. Mapa de apropriações e intensidade de uso no conjunto de praças do Centro, período vespertino.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

O segundo mapa corresponde ao período vespertino e se difere em poucas características quanto o realizado no período matutino. Na demarcação de maior intensidade de uso, mantem-se a maioria das atividades registradas no período matutino: circulação de pessoas na praça, comércio intenso entre as barracas, a aglomeração no ponto de ônibus e a utilização da área da praça como parte de percursos diários de quem circula pelo centro.

O horário de observação, ocorrido entre 13h30min às 15h30min, abrange o período pós-almoço e, por esse fato, a praça é ocupada pelos funcionários que trabalham nos comércios que ficam em suas redondezas. A prática de comprar picolé nos dois carrinhos presentes diariamente na praça e usufruir da sombra das árvores é parte do cotidiano do lugar, imprimindo no espaço uma dinâmica de seu uso como local de estadia. A academia popular é utilizada também pelos funcionários que trabalham no entorno da praça, porém não para realização de atividades físicas, mas sim para repouso nos equipamentos. A borda da praça com a Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes

é a demarcação de menor intensidade de uso, apresentando apenas a circulação de algumas pessoas que utilizam da praça como parte de seu percurso. A vista para o corpo d'água (figura 50) no entorno é muito marcante para quem utiliza a praça, sendo a presença do porto impactante na paisagem do Centro.

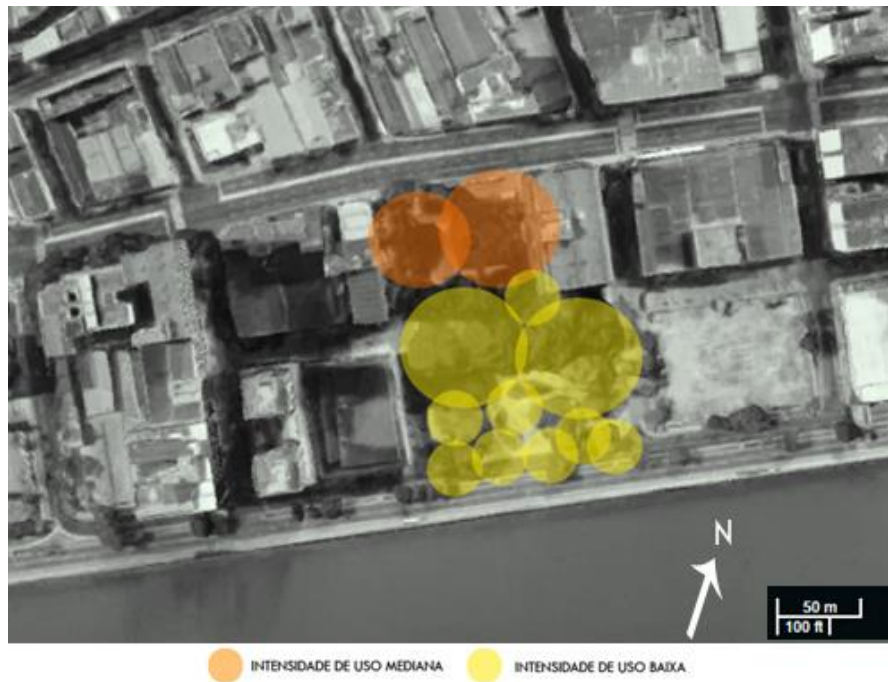
Figura 48. Pessoas descansando nos equipamentos da academia popular.



Figura 49. O porto visto da praça Getúlio Vargas, no Centro.



Figura 50. Cartografia de apropriações e intensidade de uso no conjunto de praças do Centro, período noturno.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

O mapa condizente ao período noturno registra as mesmas problemáticas encontradas nas outras praças. Como ocorreu em todas, o tempo que se passa na praça à noite é mais curto, pois, com o fim do dia, o espaço, antes acalorado pela movimentação de pessoas, se torna quieto, vazio e escuro. A praça passa a ser ocupada em seus cantos e bancos por moradores de rua e, por algumas vezes, a estadia na praça se tornou inviável. A falta de iluminação adequada e o esvaziamento que o final do período diurno traz tornam o espaço hostil, transmitindo a sensação de insegurança. Por esse motivo, as visitas foram reduzidas, mas em número suficiente para que pudessem ser registradas as atividades que ocorrem no período noturno.

A demarcação de intensidade mediana corresponde a de maior fluxo registrado no período, ocupando as imediações do ponto de ônibus. Ali circulam ainda alguns transeuntes e também aqueles que esperam os ônibus no ponto, diminuindo o número de pessoas à medida que as horas avançavam na noite.

O restante da praça não apresenta quaisquer atividades, sendo ocupada por moradores de rua em pontos diversos. O cenário que se encontra no período noturno é

de grande impacto, comparado aos outros períodos do dia, pois se ausentam as vozes e o barulho dos caminhantes, dando lugar ao silêncio do porto do outro lado da avenida e aos barulhos dos veículos que circundam a praça.

O conjunto de praças é ocupado em sua totalidade a maior parte do tempo, com exceção no período noturno. Tal fato resulta na sobreposição das bordas e limites, pois, ainda que os limites estabeleçam o fim do território da praça, as bordas dão continuidade à movimentação e ao cenário dinâmico para além da praça, espalhando o ritmo dinâmico de um centro urbano também nos entornos.

Além da relação entre limites e bordas, a praça também se difere das outras aqui analisadas pela sua relação com o corpo d'água. Apesar da proximidade física e a ligação visual direta, é a única praça a não fazer fronteira diretamente com a água, havendo, entre praça e mar, a movimentada Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes. Entretanto, essa interrupção no território não atrapalha a conexão que a presença do corpo d'água traz, causando um bucolismo na junção do cenário.

Figura 51. Mapa de bordas e limites no conjunto de praças do Centro.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

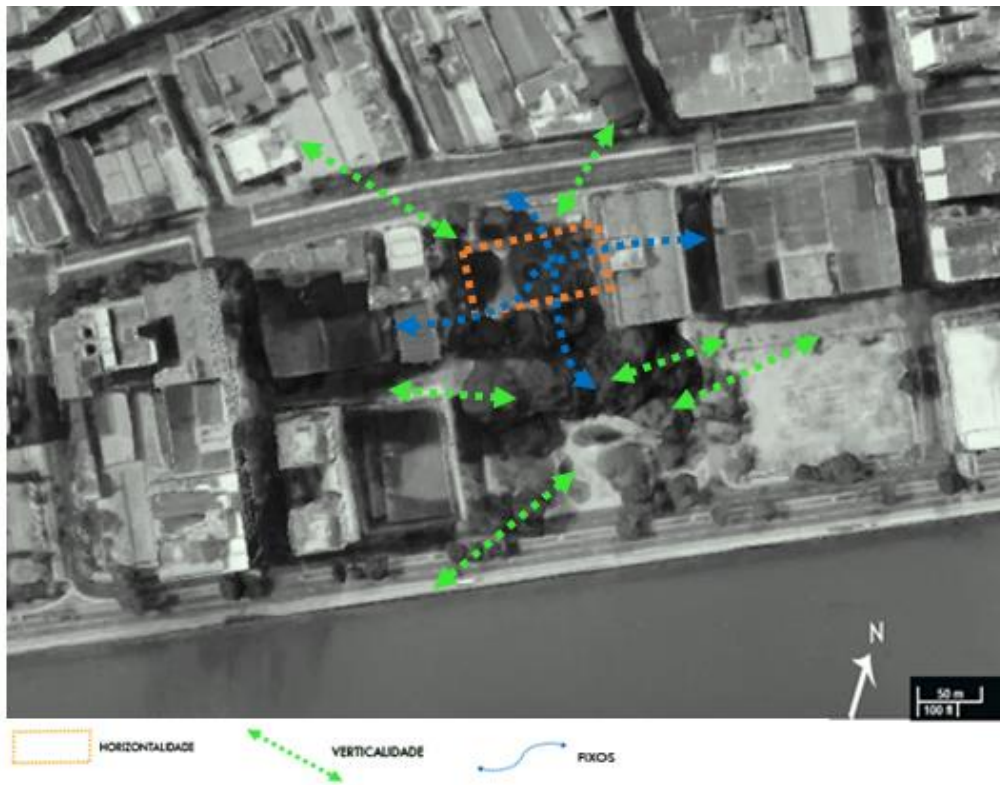
Por ser um espaço público inserido em meio a uma região de atividades comerciais, a praça é utilizada, na maior parte do tempo (com exceção do período

noturno), por trabalhadores que se apropriam dela como área de repouso entre os períodos de trabalho. Tal fato relaciona o entorno da praça com a presença das verticalidades, onde os prédios que abrigam comércios e empresas representam tais manifestações territoriais. Não há uma delimitação fixa das verticalidades presentes, visto numerosa quantidade destes prédios. Dessa forma, a verticalidade se apresenta em todo o entorno, criando um constante fluxo, que se manifesta como organismo vivo, dando vida diariamente ao ritmo da praça.

Já a manifestação da horizontalidade é representada pelas barracas, que, como elementos fixos, condicionam os trajetos e os movimentos que ocorrem no território da praça. A presença de barracas que comercializam comida implica em uma alta intensidade de pessoas circulando, criando uma relação entre as horas de intervalos de trabalho nos comércios locais (devido a numerosa quantidade de pessoas uniformizadas) e o consumo dos alimentos comercializados no local. Há, ainda, as barracas que comercializam itens de utilidades diversificadas, que se relacionam com as pessoas que esperam no ponto de ônibus pela proximidade dos dois locais na disposição dentro do território da praça. O conjunto de barracas de comércio é reconhecido, portanto, como a presença da horizontalidade no território, relacionando-se com os movimentos rotineiros que compõem a dinâmica de uso da praça.

As verticalidades se relacionam aqui diretamente com os fluxos, sendo elas mesmas as manifestações de tal acontecimento, pois é a partir do entorno e das verticalidades identificadas nele que surgem os fluxos relacionados à praça. O entorno, em si, é um grande fluxo que circula a praça por meio da movimentação da cidade e a adentra, incorporando-a no espaço urbano pela apropriação dos agenciadores. Quanto às horizontalidades, estas se entrelaçam com a manifestação dos fixos, dos movimentos cotidianos da praça, proporcionando a constante presença de pessoas, empoderando-as como agenciadores do território. São esses elementos que, incorporados às peculiaridades da praça, dão vida às dinâmicas de uso e apropriação identificadas, expressando, assim, os valores de um espaço público inserido em um contexto urbano de valor histórico, como é o centro de Vitória.

Figura 52. Mapa de horizontalidades, fixos e fluxos no conjunto de praças do Centro.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

As apropriações constantes da praça se relacionam diretamente com a inserção urbana da mesma, bem como sua configuração espacial. As territorialidades identificadas se diferenciam entre três tipos, ressaltando a diversidade de apropriação registrada na praça. A primeira territorialidade condiz com a relação estabelecida entre os funcionários que trabalham no entorno e a praça, utilizando os bancos e a academia como áreas de descanso nos intervalos das atividades de trabalho. É uma das principais apropriações que se manifestam na praça, sendo parte importante das atividades cotidianas que vitalizam o espaço e o dinamizam. O ato de repousar, entrelaçado com o contexto urbano em que o território se insere, exalta a praça como espaço público, enaltecendo-a como lugar de acolhimento de seu agenciadores. A territorialidade 1 garante que haja a constante presença de pessoas na praça, gerando a sensação de lugar seguro e induzindo o acontecimento de outras apropriações, incentivadas por esse sentimento.

Figura 53. Territorialidades no conjunto de praças do Centro.



Fonte: Google Earth. Intervenções nossas.

A territorialidade 2 se relaciona com a presença das horizontalidades e fixos na praça. Devido às barracas de comércio e do ponto de ônibus, na extremidade da borda com a Avenida Princesa Isabel, o espaço é dinamizado pela presença de diversos grupos durante o dia, ora aglomerando-se no ponto de ônibus (nos horários de pico), ora transitando entre as barracas. Ao contrário da territorialidade 1, esta se caracteriza não por uma atividade pacífica, mas sim pelo frenesi gerado pela circulação das pessoas. O trecho de território em que se manifesta tal atividade representa um cenário no qual a essência da vida urbana está impressa: a pressa de se deslocar de um lugar ao outro, a relação de trocas comerciais (pela presença das barracas) e sociais (os encontros inesperados que permeiam o cotidiano), a rotina de trabalho (por meio das pessoas que passam ali em seu trajeto diário) e os sons que o fundo de tal cena faz. Carros, buzinas, vendedores ambulantes, conversas paralelas e a música que sai da barraca do meio: todos se juntam em um ruído uníssono, que compõe também o cenário da praça, fazendo parte da caracterização da territorialidade 2.

A última territorialidade condiz com o lado da praça que se volta para o corpo d'água, tendo como parte de sua composição o visual do porto de Vitória. É

caracterizada pela ausência de uma continuidade de atividades, sendo, por vezes, apenas um local de passagem e, em outras, de estadia com pessoas ocupando os bancos voltados para o corpo d'água. Essa territorialidade não está contida apenas dentro do território da praça, mas também em suas bordas com as calçadas do entorno e com a calçada que permeia a água. Ao contrário das outras territorialidades, nesta não se destaca nenhuma atividade que integre o cotidiano de uso da praça, exaltando a possibilidade do surgimento de novas formas de apropriação do espaço público.

A partir das cartografias realizadas e das percepções absorvidas durante os períodos de observação, é possível destacar o perfil do conjunto de praças no Centro das outras aqui estudadas. Por sua inserção urbana e pelo contexto histórico em que se encontra, a praça é tomada por um bucolismo e sua existência precede os acontecimentos que ali se desdobram. A praça, em si, é o primeiro personagem a compor o cenário que se forma do conjunto entre habitantes e apropriações.

Ainda que haja alguém que não participe do cotidiano da praça ou que passe por ela pela primeira vez, há dificuldade de não ser atingido pelo sentimento de acolhimento que ela desperta. As árvores e os bancos, as barracas e o jornaleiro, tudo contribui para a formação de um espaço público multifuncional, que apresenta uma diversidade de usos e possibilidades de apropriação. Ainda é importante ressaltar que não só o habitante da cidade é agenciadores de tal espaço, mas aqui também o próprio ritmo da cidade que acontece ao redor da praça se faz balizador das territorialidades identificadas. O conjunto de praças localizado no centro da cidade é a simbiose entre os devires ocasionada pela metrópole e a intimidade entre habitante e espaço público, apresentando a quem está disposto a ver, um exemplo de enaltecimento do cotidiano como forma de produção social.

3.4. Análise do trabalho de campo: uma experiência fenomenológica

A partir do processo metodológico aqui estruturado por meio de vivências e cartografias, além do embasamento teórico, ressalta-se a relevância da experiência fenomenológica na constituição deste trabalho. As percepções acerca do urbano, das territorialidades e das relações entre habitante e espaço público embasam as principais constatações, bem como as indagações que orientaram este estudo. Utiliza-se da

fenomenologia como *modus operandi* baseado na vivência da cotidianidade das praças, absorvendo os acontecimentos que foram posteriormente analisados e relatados. No método fenomenológico, a percepção dos fatos precede seu entendimento, as reflexões e descrição dos mesmos: “é preciso um ato de reflexão para detectar o significado conferido ou ato interpretativo e, uma vez detectado, pode ser descrito” (GIORGI, 2002: s/p.)⁵

o ver divisa justamente as coisas, as coisas simplesmente existem e, no intuir verdadeiramente evidente, existem na consciência, e o ver centra-se simplesmente nelas. [...] não tem sentido algum falar das coisas que simplesmente existem e apenas precisam de ser vistas; mas que esse <<meramente existir>> são certas vivências da estrutura específica e mutável; que existem a percepção, a fantasia, a recordação, a predicação, etc.; e que as coisas não estão nelas como num invólucro ou num recipiente, mas se *constituem* nelas as coisas [...]” (HUSSERL, 2000:32, grifo do autor).

A narrativa a seguir é efetuada na primeira pessoa do singular, de modo a expressar a essência do experimento fenomenológico.

3.4.1. Praça Dom João Batista – Bairro São Pedro

O Bairro São Pedro fica do outro lado da cidade, tendo como ponto de referência a minha casa, de onde parto para as vivências. Ainda que o transporte público não fosse o meio mais fácil de chegar lá, em comparação com um veículo particular, me propus a utilizá-lo como meio prioritário de acesso. Supus que minha chegada em um novo território seria mais branda se apenas meu corpo o adentrasse, sem qualquer mediação. Munida de papel e canetas coloridas, me pus a circular pelas ruas do interior do bairro nas primeiras semanas, para conhecer um pouco sua forma física do bairro e também captar a essência do lugar, tentando criar possíveis trajetos que me levassem até a praça. A prática de circular dentro do bairro, no entanto, não pode ser qualificada como uma deriva, visto que não se tratava de um exercício com base nessa estratégia. Percebo encontrar uma praça diferente da que me lembrava em aproximações anteriores. Apesar da mesma espacialidade física, dos mesmos bancos, o cenário da praça era outro, comparado àquele que vivenciei anos atrás, quando a mesma praça foi objeto de estudos em iniciação científica. Diante dessa constatação, começo a exercer minha função de pesquisadora, circulando pela praça, buscando absorver todas as atividades e relações que se estabeleciam ali. Afinal, são essas as impressões que me interessam captar ao me apropriar daquela praça: as relações concebidas entre os habitantes e a praça, bem como elas poderiam influenciar em apropriações futuras. Nos dias de vivência, me sentava em algum ponto em que tivesse a visão mais ampla possível da praça e do entorno, sempre variando os locais de posicionamento, com propósito de observar os

⁵ No original: “it takes an act of reflection to detect the meaning-conferring or interpretive act and once it is detected it can be described”.

diversos cenários que se formavam e a diversidade de comportamentos e apropriações realizadas. Levava livros, jornais, algumas vezes desenhava. O relato era registrado em pequenos mapas colados em uma caderneta de bolso, para que pudesse ser feito da forma mais discreta possível. Na maior parte do tempo eu gravava e tomava nota, registrando nos mapas o que minha voz havia narrado. Adotei essa prática quando percebi que a escrita chamava mais atenção das pessoas do que apenas utilizar o telefone para falar alguma coisa. Nas primeiras semanas de vivência, minha presença despertou curiosidade, mas não o suficiente para que alguém me abordasse, até o dia que conheci a Senhora Iuslani, que sem nenhum tipo de receio, sentou ao meu lado no banco do píer e se pôs a perguntar de onde eu era e 'o que tanto fazia ali'. Ainda sem uma aproximação direta, as pessoas prestavam atenção em mim no começo, e de fato, nunca deixaram de prestar. Como foi registrado nas cartografias anteriores, a praça possui uma rotina de uso e, na maior parte das vezes, quem a utiliza são os mesmos grupos de pessoas, com poucas variações. Logo, eu me inseri na rotina da praça, mas não das pessoas que dela se utilizavam. O estranhamento social era muito claro, pois eu não pertencia àquele lugar, aquele bairro ou aquela praça. Estava entrando em um território que não era meu, ainda que fosse um espaço público, disponível para que qualquer habitante pudesse utilizar. Senti que só continuei frequentando o local porque, silenciosamente, permitiram que eu estivesse ali. Ainda que não houvesse um vínculo de pertencimento ao lugar, consegui circular com tranquilidade (após o segundo mês de visitas) e vivenciar o que necessitava para o trabalho. Nas cartografias sobre limites e bordas, sobre as horizontalidades e verticalidades, são reveladas camadas da praça que, ainda com uma certa subjetividade apontam para as características que se manifestam no espaço público através das apropriações de seus agenciadores. São tratadas ali as relações que dão origem ao espaço social (abordado no capítulo 2), onde os aspectos imateriais e subjetivos se manifestam por meio das territorialidades identificadas, desdobrando-se no espaço físico. A sobreposição desses dois espaços forma o território-praça, cuja delimitação não se restringe aos limites espaciais, correspondendo: à extensão da casa; à complementação dos espaços de lazer da escola. A extensão do território-praça tem um amplo alcance porque cada um de seus agenciadores faz parte dele.

Há, porém, uma outra face da praça, distinta desta que pude frequentar livremente ao dia. O cenário que se encontra após o entardecer revela territorialidades muito distintas daquelas identificadas no período diurno. Ressalta-se que simultaneamente ao período de vivência, aconteceram conflitos que resultaram numa série de homicídios e que mudaram substancialmente a cotidianidade no bairro São Pedro. Tais conflitos provocaram uma diminuição na frequência de uso da praça, somados à comercialização e ao consumo de substâncias ilícitas. A minha estadia nos períodos noturnos se encurtou com rapidez, à medida que não haviam outras pessoas ao redor que pudessem me fazer companhia, mesmo sem estabelecer qualquer contato. Já não me sentia tão à vontade para circular na praça como fazia durante o dia. Logo percebi que as vivências noturnas seriam restritas, já que eu não poderia passar tanto tempo assim no local ou dispor de registros, visto que qualquer tentativa de fotografar ou tomar nota foram reprimidas através da aproximação dos grupos de jovens que se utilizavam da praça.

A ambiência que pude notar na praça é carregada de uma atmosfera familiar. Tão familiar que pude presenciar a celebração de um aniversário infantil nela. Em um

domingo à tarde, enquanto o fluxo de carros em direção à Ilha das Caieiras (importante complexo gastronômico de Vitória) diminui, percebo uma movimentação incomum comparada à de outros domingos. Além de crianças que não frequentavam a praça em outros dias, vejo, ainda de longe, mulheres carregando vasilhas, toalhas e alguns objetos que, poucos minutos depois, se transformaram em uma mesa. Pensando agora no evento, não recordo como me aproximei do grupo que se reunia ali. Chego a questionar se fui eu que me aproximei ou se, subitamente, me vi rodeada, envolvida naquela festividade. Reconheci algumas senhoras que utilizam a academia pela manhã, nos dias de semana. Acredito ter sido reconhecida também, pelo farto pedaço de bolo recebido das mãos de uma delas. Fui embora antes de poder ver o desfecho de tal episódio, imaginando quão precioso é se sentir em casa, mesmo estando fora dela.

A comunidade que se reúne diariamente naquela praça expressa, através da intensa apropriação daquele espaço, revela que aquele lugar lhe pertence. Mais do que ser parte da cidade, a praça está inserida na rotina dos moradores do bairro, como um quintal coletivo, devido à intimidade e pertencimento demonstrados. Ainda que a relação entre os habitantes e a praça seja atingida pelos conflitos estabelecidos dentro do território do bairro, os vínculos captados demonstram ser mais fortes, enaltecendo a razão de ser do espaço público urbano.

3.4.2. Praça do Papa – Bairro Enseada do Suá

Meu contato anterior com o bairro Enseada do Suá, onde está a Praça do Papa, se restringiu à presença do um shopping localizado nas proximidades, bem como a alguns exercícios acadêmicos ali executados. Voltei a esse local de análise com a intenção de absorver os aspectos principais do bairro e da praça acima mencionados. Procuro caminhar pelo interior do bairro, buscando trajetos alternativos. Busco a praça como destino, idealizando as andanças através dos fluxos que percebo dentro do bairro. Os grandes edifícios (residenciais, comerciais e/ou institucionais) da Enseada do Suá se inserem no território de maneira a isolar-se do espaço público. O contato com o entorno se restringe a grandes muros e aos poucos pontos de contato entre interior/exterior, às poucas portarias para pessoas ou portas de garage. Dessa forma, os usos e vivências convergem para os espaços murados. Andar pelo bairro não é agradável devido: à constante movimentação de carros acelerados; à ausência de pessoas circulando; à constante sensação de insegurança, desamparo e solidão naqueles lugares tão vazios. Naquelas ruas ocupadas majoritariamente por prédios altos, sou tomada por uma grande aflição e pelo sentimento de sair dali urgentemente. Passo por pessoas apressadas, que possivelmente só estão no caminho para resolver algum problema, para qualquer atividade que seja temporária, e que provavelmente se sentiam como eu. Não moram ali, não entram nos prédios. Percebo que devem estar tão desconfortáveis quanto eu, olhando sempre para os lados, para trás, para frente. Atentos. É assim que permaneço até chegar na Praça do Papa, onde percebo que a sensação de desconforto continuara, e até aumentará, fazendo com que eu fique tensa durante grande parte das vivências. A Praça do Papa ocupa uma grande esplanada, ornamentada por poucos bancos, sem vegetação ou quando há é de pequeno porte, um pequeno parque infantil, configurando um ambiente inóspito e sem proteção natural ao sol. Nos primeiros dias de vivência, busco circular por toda a praça, indo da extremidade próxima à avenida até a faixa de

praia localizada na outra extremidade. Avisto o Cais das Artes⁶ e giro no mesmo lugar, tendo uma visão 360° da praça, e percebo que a mesma foi utilizada por essa obra como um grande foyer. Continuo caminhando em busca dos pontos onde eu poderia permanecer para observar e registrar as atividades que ali se realizam. Passo por um grupo de homens pescando e penso em me aproximar deles, desistindo rapidamente da ideia devido à abordagem abusiva de um deles. Sinto medo, motivada a caminhar na direção oposta, visto que não haviam outras pessoas senão muito distante daquele lugar ermo. Ando até o parque infantil, onde não havia nenhuma criança nas primeiras semanas, e me sento em um dos brinquedos. A partir daquele momento, ali seria um dos locais em que eu me acomodaria nos próximos meses para a vivência. Além de algumas pessoas circulando de bicicleta ou correndo, como registrado nas cartografias, não tenho a chance de avistar quaisquer atividades relevantes ao longo da experiência de observação. Ao contrário da praça de São Pedro, aqui me vejo mais segura munida de papel e canetas, onde faço os relatos através de anotações e desenhos, deixando muitas vezes o aparelho celular escondido em algum lugar na mochila. Tenho a sensação de que o papel justifica minha presença ali, fazendo com que eu me sinta mais confortável naquele território. Por diversas vezes, enquanto descia do ônibus e atravessa a rua para chegar à praça, me lembrei de Jane Jacobs (2001) e de como os olhos da rua são importantes para a sensação de segurança. Lembro também de Montaner e Muxi (2014) e sobre a necessidade de um “urbanismo sem gênero”. Enquanto na praça Dom João Batista houve um estranhamento social, na Praça do Papa me sinto repelida pelas questões referentes ao gênero. Absorvo as percepções não apenas como arquiteta urbanista, mas também como mulher e habitante da cidade. As constantes abordagens intimidadoras e a ausência de outras pessoas ao meu redor me expeliram da praça, fazendo com que eu mulher e sozinha, não posso estar ali sem ser, de alguma forma, coagida a não estar, a não ocupar. Os agenciadores da Praça do Papa não apresentam qualquer relação de familiaridade com a mesma, nem com o bairro em que ela se encontra, restringindo o uso às breves utilizações do parque infantil e dos restaurantes elitistas nela inseridos. Apesar de sua vasta amplitude, se trata de um local de passagem. Não reconheci, em todos os meses de vivência, quaisquer apropriações do território-praça na rotina dos habitantes do bairro. A falta de atratividade e segurança são agravantes para a falta de uso da praça, tornando-a um território hostil.

3.4.3. Praça Getúlio Vargas + Praça Princesa Isabel – Bairro Centro

A vivência no Centro foi iniciada na Avenida Jerônimo Monteiro, paralela a uma das avenidas que ladeiam as praças analisadas. Foco de trabalhos anteriores, incluindo o projeto de graduação, o Centro me é familiar. No primeiro dia, percorro um caminho já conhecido até as praças, deparando-me com o mar e um grande navio logo à minha frente. Por estar rodeada de prédios comerciais e habitacionais, e por estar próximo do horário do almoço, vejo um numeroso grupo trajando uniforme de trabalho, que se dispersa para se acomodar e repousar nos bancos e cantos da praça até o retorno ao trabalho. Enquanto isso, há um grande fluxo de pessoas circulando entre as barracas de comércio e o ponto de ônibus, olhando as mercadorias enquanto esperam o transporte. Do outro lado da praça, perto da academia popular, há menos gente e uma atmosfera mais calma. Chego no limite entre praça e avenida e me deparo novamente com o navio,

⁶ Obra ainda não finalizada, do arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

muito mais próximo. Olho para trás e vejo novamente a avenida, os prédios, o movimento frenético dos carros. Me sento em um banco que me permite a visão dos dois cenários contrastantes: o centro urbano com ritmo acelerado e o mar e o porto, silenciosos e imponentes na paisagem. Aos poucos, a praça vai se esvaziando dos trabalhadores, mas não fica vazia por isso. No Centro sempre há movimento. A praça funciona como lugar de repouso, de espera, de passagem, de descanso. Ao contrário das outras experiências, aqui não sinto qualquer tipo de estranhamento, seja social ou por gênero. Eu, como todos e quaisquer agenciadores que por ali passavam, era mais uma pessoa, mais um habitante da cidade. Pude utilizar dos meios que bem quis para registrar os acontecimentos e modos de apropriações, seja por papel e caneta ou com o aparelho celular. Acredito que durante os meses de vivência, minha presença não foi identificada, salvo pelos senhores que sentam na praça para lerem cotidianamente o jornal. Mas não foi demonstrado qualquer sinal de curiosidade ou de interferência nos meus afazeres.

Nos períodos noturnos encontro dificuldade para me manter na praça, pois o cenário se difere muito do encontrado durante o dia. Já não há mais tanta circulação de pessoas e, à medida que o horário comercial se encerra e as portas se fecham, a praça se esvazia. Nas primeiras semanas, tento me prolongar nas horas de estadia. Há um desconforto quando escurece e a praça entra em penumbra, devido à fraca iluminação elétrica. A chegada de alguns moradores de rua é o sinal de que as atividades por ali se encerraram até que amanheça, e, portanto, eu também encerrava as minhas atividades de vivência.

As praças do Centro representam uma parte viva da história de Vitória, provocando certo sentimento de nostalgia a quem circula entre suas ruas e se depara com as construções de outrora. Ao me colocar como observadora, percebo um cenário que ressalta a relação das praças com o contexto do bairro Centro. As relações estabelecidas diariamente entre agenciadores e aquelas praças imprimem uma atmosfera acolhedora e não como um território hostil ou de uso restrito, enaltecendo assim aquele espaço público como local de encontros.

No próximo capítulo serão estabelecidas algumas considerações finais, ou seja, algumas reflexões acerca das experiências de campo até aqui relatadas e consideradas como fundamentais para a compreensão das relações registradas neste trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acentuado crescimento dos aglomerados urbanos, bem como a diversidade dos modos de vida neles são exercidos, demandam a inserção de espaços urbanos que fomentem o convívio e a vivência social no cotidiano da cidade. Em tempos de supremacia da economia capitalista, a cultura é concebida como um empreendimento econômico (ARANTES, 2000), e não mais como um valor social. Faz-se necessário, portanto, que as políticas governamentais tomem frente às iniciativas que impulsionem o desenvolvimento sociocultural. Como ressalta Gehl (2002:3), em relação à subversão de valores na produção do urbano, “a tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para os moradores foi reduzida, ameaçada ou progressivamente descartada”. Desse modo, o planejamento urbano deve atender às constantes transformações espaciais das cidades, e atentar para os espaços públicos na malha urbana, tanto no que se refere às questões quantitativas como qualitativas. A qualidade de vida urbana contemporânea parece seguir caminhos opostos ao da realidade dos propósitos que poderiam ser os pressupostos das grandes cidades.

Como vimos, Vitória conta com uma série de aterros realizados com o objetivo de disponibilizar áreas viáveis para a expansão da cidade-ilha. A ocupação de tais aterros se deu das mais diversas formas, devido às variantes sociais, culturais e econômicas. Os três bairros abordados neste estudo são exemplos da diversidade desses modos de ocupação, revelando, cada um à sua maneira, ambiências urbanas diferentes: o Centro como núcleo fundacional e, até hoje, como local simbólico, institucional e muito importante para a vida urbana de Vitória; a Enseada do Suá como porta de entrada do Novo Arrabalde e dos planos de desenvolvimento da cidade; e São Pedro que surgiu como um lixão, seguido da ocupação ilegal pelos catadores de lixo, e que reduziu significativamente uma área originalmente ocupada por manguezais.

A vivência realizada por meio da experiência fenomenológica se baseia nos acontecimentos ordinários do dia-a-dia, no convívio entre os habitantes dos bairros analisados e deles com suas praças, ou seja, se baseia no registro nas apropriações entre habitantes e espaços públicos que dão forma a diversidade urbana. São os habitantes, ou os praticantes ordinários da cidade que protagonizam as práticas registradas no período de vivência e nas cartografias.

Forma elementar dessa experiência, eles [os praticantes ordinários da cidade] são caminhantes, pedestres [...], cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto urbano” que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. (CERTEAU, 1994: 171, grifos do autor),

A cartografia realizada a partir das práticas reconhecidas bem como os relatos da experiência fenomenológica, se fazem importantes para a discussão proposta neste trabalho. Além disso, o conjunto experimentação e cartografia permite a identificação das territorialidades, que estão diretamente vinculadas às relações estabelecidas entre habitantes e espaço público.

A Praça Don João Batista é o principal ponto de convergência da vida pública no Bairro de São Pedro, onde os habitantes exercem uma forte relação de pertencimento. Desde as atividades físicas, estabelecidas como rotina de diversos moradores, até a contemplação ocasional da paisagem no píer, é notável o apego e a valorização que aquele espaço público imprime nos habitantes. Porém, ainda que haja essa relação de pertencimento e acolhimento, existem fatores externos de infraestrutura que não permitem seu total aproveitamento, como por exemplo, a falta de iluminação apropriada e a sensação de insegurança. Tais fatores acarretam, muitas vezes, na privação do uso da praça, sobretudo no período noturno, quando foi registrado um cenário diferente do encontrado durante o dia. As territorialidades identificadas condizem com grupos que exercem atividades rotineiras numa diversidade de cenários, configurando um local de multiterritorialidades, potencializando os encontros e o convívio social.

A Praça do Papa apresenta características muito diferentes das apresentadas pela Praça Dom João Batista. Enquanto esta apresenta um forte potencial de apropriação, aquela se caracteriza pela ausência de *agenciadores* em seu território e, conseqüentemente, pela falta de atividades rotineiras. Assim, as territorialidades identificadas são pontuais e se manifestam nas imediações da praça, em atividades rotineiras que a antecediam, como as dos pescadores e das pessoas que frequentam a faixa de praia nos arredores. Como espaço público, a Praça do Papa abriga eventos de grande porte, como manifestações culturais e políticas, sendo apenas nessas ocasiões que se dá sua verdadeira ocupação. Apesar de ser um espaço amplo e generoso, devido à ausência de mobiliário, de instalações, de equipamentos e de infraestrutura satisfatória, se configura como local de passagem, tornando-se num espaço hostil, monótono e isolado. Quando comparadas entre si, a Praça Dom João Batista e a Praça

do Papa representam os opostos: uma simboliza a familiaridade e o acolhimento que um espaço público deve proporcionar aos seus agenciadores; a outra se caracteriza como um espaço estagnado, ocasionalmente utilizado, sem provocar relações de afetividade nos habitantes do bairro em que está inserida.

De modo similar ao que ocorre na Praça do Bairro São Pedro, a associação entre a Praça Getúlio Vargas e a Praça Princesa Isabel perfaz um local que ocupado constantemente. Porém, a grande diferença é que as praças do Bairro Centro são utilizadas tanto por moradores como por diversos visitantes e trabalhadores de diversas localidades, que se apropriam diariamente da praça como local de repouso. As territorialidades identificadas no centro revelam um espaço público bucólico e como “uma pausa” para aqueles que vivenciam o agitado cotidiano do centro urbano. As Praças Getúlio Vargas e Princesa Isabel oferecem um espaço acolhedor, dotando o centro de Vitória de uma vegetação frondosa, e de uma espacialidade que emoldura os valores paisagísticos (tanto naturais como urbanos) de seu entorno.

As três praças se caracterizam tanto por suas peculiaridades quanto por sua inserção nos respectivos bairros. Na Praça Dom João Batista, foi notado um estranhamento social, visto que minha presença era estranha àquela comunidade e, portanto, que não era uma presença frequente no cotidiano daqueles que ali moram. Ainda que esse fato não tenha resultado em qualquer tipo de à minha estadia, os constantes usos e as territorialidades acarretam no fácil reconhecimento de alguém que não faz parte do lugar. Dessa forma, a praça é tomada como um local que pertence aos moradores do bairro e não a qualquer habitante da cidade, ainda que não haja impedimento algum de utilizá-la. Já na Praça do Papa existe um estranhamento pela simples presença de uma mulher sozinha frequentando-a, visto que a maioria das pessoas que a utilizam com frequência são homens e, na ausência de possíveis repressões (sendo que a praça raramente está sendo utilizada), apresentam um comportamento intimidador e desrespeitoso. Este tipo de situação priva o uso da praça por mulheres que optam por estar ali sozinhas para realizar quaisquer atividades. A repressão do uso a partir do gênero contrasta com o papel democrático dos espaços públicos da cidade, bem como aos exercícios de ocupá-los e por eles transitar. Portanto, a Praça do Papa é caracterizada pela ausência de qualidades que a converta num espaço público relevante no cotidiano dos moradores. Por fim, as praças do Centro se diferenciam pelo acolhimento a qualquer habitante da cidade, não diferenciando por

cotidianidade, gênero, etc. A pluralidade de significados que ali se encontram se devem à própria história do lugar bem como às sensações despertadas por aquela ambiência, intrinsecamente vinculadas à memória da capital capixaba.

As reflexões propostas por este estudo acerca das territorialidades e de como estas podem influenciar nas futuras apropriações dos espaços públicos se relacionam com as ambiências encontradas nas praças. Conclui-se que tais territorialidades são balizadoras das possíveis apropriações, usos e usanças de um espaço público. Nas três praças analisadas foram identificadas diversas manifestações desse balizamento. Na Praça Dom João Batista, as possibilidades de futuros usos se vinculam aos já existentes. Na Praça do Papa, a atual ausência de condições favoráveis à sua apropriação pode instigar futuras reformas que propiciem novas espacialidades e novos significados para a mesma. Tal fator favorece a manifestação de possíveis apropriações, visto que a praça aparenta estar aberta ao novo, ao diferente. O conjunto de praças do Centro acolhe uma diversidade de usos e pessoas diariamente, sendo elas as praças mais pluralizadas dentre as estudadas, porém mais arraigadas a um espaço urbano tradicional e portanto mais favorável a continuidade de sua essência. As diferenças de territorialidades encontradas nas praças podem influenciar, mas não impedir, novos modos de ocupação por parte dos agenciadores.

As manifestações e relações estabelecidas e registradas neste trabalho partem da vivência cotidiana dos habitantes no espaço público. A essência destes lugares não se dá apenas nos grandes eventos, mas sim nos acontecimentos ordinários do dia a dia da cidade, revelando assim os valores do espaço público para a construção de uma sociedade que saiba conviver em coletividade, aproveitando as trocas e experiências que um espaço público pressupõe permitir. Dessa forma, a valorização de tais espaços na inserção do planejamento urbano se faz de extrema importância, visto que é por meio destes espaços que a cidade se reinventa e é resignificada por meio de seus habitantes. A cidade é formada a partir das redes que se formam no cotidiano, redes estas tramadas nos conflitos entre instituições e praticantes da cidade, e esta como síntese dos modos de subjetivação individual e coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, L. C.; VAINER, C. B.; QUEIROGA, E. F. “*Conflitos urbanos e espaços livres públicos – construção de uma metodologia para estudos comparativos*”. IPPUR, 2009.

ARANTES, O. B. F. “*Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*”. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. “*A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*”. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAUMAN, Z. “*Vida Líquida*”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BESSE, J. M. “*O gosto do mundo: exercícios de paisagem*”. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BORDIEU, P. “*Espaço social e poder simbólico*”. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. “*Sobre o poder simbólico*”. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

BRUNET, R. “*Le Développement des territoires: formes, lois, aménagement*”. Editora Paris, Éditions de l'Aube, 2005.

CAMPOS, C. T. “*O Novo Arrabalde*”. Vitória, 1996.

CERTEAU, M. “*A invenção do cotidiano*”. 1994

CRAWFORD, M. “*Blurring the boundaries: public space and private life*”. In: CHASE, John; CRAWFORD, Margaret; KALISKI, John. “*Everyday urbanism*”. Nova York: The Monacelli Press, 1999.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. “*Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*”. São Paulo: Editora 34, 1995.

FERNANDES, B. M. “*Sobre a tipologia de territórios*”. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. “*Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*”. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2009.

FONTES, A. S. “*Intervenções Temporárias, Marcas Permanentes: Apropriações, Arte e Festa na Cidade Contemporânea*”. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2013.

- FREITAS, J. F. B. “*O aterro da Esplanada Capixaba: a ‘modernidade’ privada*”. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina, 2005.
- GEHL, J.; GEMOZOE, L. “*Novos Espaços Urbanos*”. Barcelona, 2002.
- GIORGI, A. “*The descriptive phenomenological psychological method*”. Journal of phenomenological psychology, 2002.
- HAESBAERT, R. “*O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. “*Território e multiterritorialidade: um debate*”. GEOgraphia –ano IX, nº 17, 2007.
- HUSSERL, E. “*A ideia da fenomenologia*”. Lisboa: Ed. 70, 2000.
- JACOB, J. “*Morte e vida das grandes cidades*”. São Paulo, 2001.
- KASTRUP, V. “*O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo*”. Psicol. Soc. vol.19 no.1 Porto Alegre Jan./Apr. 2007.
- KOLARS, J. F.; NYSTEM, J. D. “*Human geography: spatial design in world society*”. New York: Mc Graw-Hill, 1974.
- LAMAS, J. M. R. G. “*Morfologia urbana e desenho da cidade*”. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1993.
- LEFEBVRE, H. “*A produção do espaço*”. Tradução Barros e Martins, do original “*La production de l’espace*”. 4ª edição. Paris: Éditions Anthropos, 2000 (1974).
- LEFEBVRE, H. “*O direito à cidade*”. São Paulo: Editoria Documentos, 1969.
- MAGNOLI, M. “*Em Busca de “Outros” Espaços Livres de Edificação*”. Revista Paisagem Ambiente: Ensaios, nº 21. São Paulo: 1983.
- MENDONÇA, E. M. S.; B.; M.; PRADO, M. M.; ALMEIDA, R. H.” *Cidade Prospectiva: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória*”. Vitória, 2009.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. “*Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*”. 2014
- MUNIZ, M. P. “*Parque Moscoso: documento de vida*”. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 1985.

- NEVES, L. G. S. “*Navegação em torno da ilha vislumbrada*”. Vitória, 2014.
- RAFFESTIN, C. “*Por uma Geografia do Poder*”. São Paulo: Ática, 1993.
- REYES, P. “*Projeto por cenários: o território em foco*”. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. “*Praças Brasileiras*”. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. (Coleção Quapá).
- ROGERS, R. “*Cidades para um pequeno planeta*”. Londres, 1995.
- SAMPAIO, I. C.; Fortunato, G.; Bastos, S. “*A Estratégia como Prática Social: o pensar e o agir no Programa Terra Mais Igual em Vitória-ES*”. Revista Fucape, nº 25, 2010.
- SANTAELLA, L. “*O que é semiótica*”. 2003
- SANTOS, M. “*A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*”. 4ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SANTOS, M. “*O papel ativo da geografia: um manifesto*”. Revista Território, ano V, nº 9. Rio de Janeiro, 2000.
- SANTOS, M. “*O retorno do território*”. In: “*Territorio y movimientos sociales*”, 2006.
- SANTOS, M. “*Por uma Geografia nova*”. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.
- SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. “*Território: globalização e fragmentação*”. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SAQUET, M. A. “*Por uma abordagem territorial*”. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. “*Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*”. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2009.
- SENNETT, R. “*A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*”. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- SILVA, R. H. et al. “*Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço*”. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.11, n.1, jan./abr. 2008.

SOUZA, M. L. “*O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*”. In: CASTRO, Iná Elias et al. “*Geografia: conceitos e temas*”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ZANOTELLI, C.; RAIZER, E. C.; LIRA, P. S.; OLIVEIRA, E. G.; BARROS, A. M. L. “*Criminalidade violenta e fragmentação urbana na Grande Vitória*”. Geografares, nº 5, 2006.